



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

SIGNIFICADOS DA VIOLÊNCIA SEXUAL ATRIBUÍDOS POR  
ADOLESCENTES DE UMA ESCOLA-ABRIGO

Maria Lenice Costa Procópio

MANAUS  
2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

SIGNIFICADOS DA VIOLÊNCIA SEXUAL ATRIBUÍDOS POR  
ADOLESCENTES DE UMA ESCOLA-ABRIGO

MARIA LENICE COSTA PROCÓPIO

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para conclusão do Curso de Mestrado em Educação, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Iolete Ribeiro da Silva.

MANAUS  
2013

Ficha Catalográfica  
(Catalogação na fonte pelo Departamento de Biblioteconomia da UFAM)

..... PROCÓPIO, Maria Lenice Costa  
Significados da violência sexual atribuídos por adolescentes de uma  
escola-abrigo/ Maria Lenice Costa. Manaus: EdUA, 2013.  
86 p.; il.

Orientadora Prof<sup>a</sup> Iolete Ribeiro da Silva (Dr<sup>a</sup>)

1. Violência Sexual – Adolescência 2. TCC –  
II. Título.

CDU: .....

MARIA LENICE COSTA PROCÓPIO

SIGNIFICADOS DA VIOLÊNCIA SEXUAL ATRIBUÍDOS POR  
ADOLESCENTES DE UMA ESCOLA-ABRIGO

Dissertação aprovada pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para conclusão do Curso de Mestrado em Educação.

Manaus, 12 de Novembro de 2013.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Iolete Ribeiro da Silva – Presidente  
Universidade Federal do Amazonas/FAPSI – UFAM

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Cristina Fernandes Martins - Membro

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Denise Machado Duran Gutierrez - Suplente

## **DEDICATÓRIA**

Aos meus **pais: Lázaro e Luzia**

Aos meus amados **filhos: Lilian, Thiago e Heitor.**

Aos meus **netos: Dário, Henrique e Vitor.**

## **AGRADECIMENTOS**

A todos que fizeram ou fazem parte da minha história e contribuíram para o meu crescimento e a realização de mais esta conquista.

Meus agradecimentos especiais aos meus colegas Saulo Vieira, Maria Gorete, Maria da Consolação e Etelma Brito, por tudo.

Minha Gratidão!

## **EPÍGRAFE**

Ainda é cedo, amor.  
Mal começaste a conhecer a vida  
Já anuncias a hora de partida  
Sem saber mesmo o rumo que irás tomar  
Preste atenção, querida.  
Embora eu saiba que estás resolvida  
Em cada esquina cai um pouco a tua vida  
Em pouco tempo não serás mais o que és  
Ouça-me bem, amor.  
Preste atenção, o mundo é um moinho.  
Vai triturar teus sonhos, tão mesquinho.  
Vai reduzir as ilusões a pó  
Preste atenção, querida.  
De cada amor tu herdarás só o cinismo  
Quando notares estás à beira do abismo  
Abismo que cavaste com os teus pés  
(O Mundo é Um Moinho - Cartola)

## RESUMO

Esta pesquisa buscou entender os significados da violência sexual e estratégias de prevenção da violência sexual atribuídos por um grupo de adolescentes de uma escola-abrigo. Para tanto, buscou-se, a partir da visão das adolescentes, verificar qual o conceito de violência sexual concebido, identificar possibilidades de ações de enfrentamento da violência que possam contribuir para ressignificar os modos de perceber os conceitos discutidos. Foi uma pesquisa de cunho qualitativo e de abordagem exploratória, que utilizou enquanto técnica de coleta de dados o grupo focal e a observação participante. O local da coleta de dados foi um Abrigo-Escola localizado no Bairro São José, zona leste da cidade de Manaus, Amazonas. Esta instituição é o único local existente em Manaus onde são abrigadas meninas com idade entre 8 e 18 anos incompletos, vítimas de violência de toda ordem, principalmente violência sexual. Foram seguidos os procedimentos que atendem ao estabelecido na Resolução 466 do CNS - Conselho Nacional de Saúde. O exame analítico minucioso das informações ocorreu mediante a técnica de análise de conteúdo. Concluiu-se que, a violência, de maneira geral, está intrinsecamente inserida na vida das adolescentes entrevistadas. Seja nos espaços privados, por meio das figuras parentais que deveriam protegê-las, e terminam por se configurar como autores das violações que incluem a violência física, psicológica, sexual e negligência ou mesmo, onde o traficante invade a moradia para cobrar dívidas de uma mãe e/ou pai usuário de drogas; seja nos espaços públicos, ruas e praças sem segurança, onde as mesmas convivem com vendedores de drogas e balas não tão “perdidas” e com perseguição aos suspeitos dos crimes. Sobre sexo e sexualidade, as narrativas das adolescentes envolvem sedução, troca de objetos por sexo, figuras próximas que abusam sexualmente e nas quais não confiam. Estamos frente à realidade da criança e do adolescente, vítimas de violência sexual que, em pleno século XXI, ainda “incomoda” muito a sociedade, que se constitui um problema de saúde pública, mas que ainda não podemos contar com ações verdadeiramente comprometidas com a causa. Consideramos a necessidade de atividades (seminários, fóruns, associações e outras ações de protagonismo juvenil) que discutam a temática, onde se possibilite um envolvimento maior das adolescentes, ouvindo mais e falando menos. Estamos aqui nos referindo ao abrigo, como instituição cuidadora e promotora dessas atividades. Já em relação à sociedade seria muito bom que a disciplina Educação Sexual passasse a fazer parte do currículo escolar não apenas como tema transversal, mas como assunto obrigatório, propiciando a formação de professores e a superação dos tabus que envolvem a temática da sexualidade.

**Palavras-chaves:** Adolescência; Violência sexual; Abrigo.

## **ABSTRACT**

This research sought to understand the meanings of sexual violence and strategies for preventing sexual violence attributed by a group of teenagers from a school - shelter. To this end, we sought, from the perspective of teenagers, verify that the concept of sexual violence designed to identify possibilities for action against violence that may contribute to reframe the ways to realize the concepts discussed. It was a qualitative study and exploratory approach, which used as a technique for data collection on focus groups and participant observation. The location of data collection was a Shelter- School located in St. Joseph Subdivision, east of the city of Manaus, Amazonas. This institution is the only existing location in Manaus where girls aged between 8 and 18 incomplete, victims of violence of all kinds, especially sexual violence are housed. Procedures that meet the established in Resolution 466 of the CNS were followed - National Health Council Careful screening of information occurred through the technique of content analysis. It was concluded that violence in general, is intrinsically embedded in the lives of adolescents interviewed. Whether in private spaces, through parental figures who should protect them, and end up becoming as authors of violations that include physical, psychological, sexual violence and neglect or even where the dealer invades house to collect a debt mother and / or father drug user, such as public spaces, streets and plazas without security, where the same drug dealers live with bullets and not as "lost" and persecution of suspects of crimes. About sex and sexuality, narratives of adolescents involve seduction, sex exchange of objects, figures close to sexually abuse and they do not trust. We are facing the reality of child and adolescent victims of sexual violence in the XXI century, even "bother" the very society which constitutes a public health problem, but we can't rely on actions truly committed to cause. Consider the need for activities (seminars, forums, associations and other actions of youth leadership) to discuss the theme, where enable greater involvement of adolescents, listening more and talking less. We refer here to the shelter as an institution caring and promoting these activities. In relation to society would be very good that discipline Sexual Education would become part of the school curriculum not only as a cross-cutting issue, but as a mandatory subject, providing teacher training and overcoming taboos surrounding the topic of sexuality.

**Keys words:** Adolescence; Sexual violence; Shelter.

## SUMÁRIO

RESUMO	8
INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1	15
1 A ADOLESCÊNCIA: CONCEITOS E PERCURSO HISTÓRICO	15
1.1 SIGNIFICADOS	15
1.2 A ADOLESCÊNCIA AO LONGO DA HISTÓRIA	17
1.2.1 Abordagem sócio-histórica da adolescência	18
1.3 SEXUALIDADE E ADOLESCÊNCIA	22
CAPÍTULO 2	25
2 VIOLÊNCIA SEXUAL	25
2.1 CONCEITUANDO AS VIOLÊNCIAS	25
2.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A VIOLÊNCIA SEXUAL E SUAS MODALIDADES	27
2.2.1 Abuso sexual ou estupro de vulnerável	28
2.2.1.1 Caracterização do abuso sexual em crianças e adolescentes	33
2.2.2 Exploração sexual	34
2.2.2.1 Exploração sexual e suas marcas	38
2.2.3 Promoção dos direitos sexuais	41
2.2.4 Abrigo como instituição promotora de proteção às adolescentes que sofreram violência sexual	43
CAPÍTULO 3	47
3 OPÇÃO METODOLÓGICA	47
3.1 TIPO DE PESQUISA	47
3.2 CONTEXTO DA PESQUISA	49
3.3 SUJEITOS DA PESQUISA	51
3.4 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS	51
3.4.1 Grupos	51
3.4.2 Observação Participante	53
3.5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	54
CAPÍTULO 4	55
4 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS	55
4.1 O Grupo Focal	58
4.1.1 Dinâmica de descontração	58
4.1.2 Desenvolvimento do grupo focal	60

4.2 Significados da violência sexual em adolescentes abrigadas	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
REFERÊNCIAS	75
ANEXOS	80
Anexo A – Parecer substanciado - CEP	81
Anexo B – Autorização para pesquisa	83
Anexo C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE	84
Anexo D – Roteiro de entrevista	85
Anexo E – Cartaz elaborado no Grupo Focal	86

## INTRODUÇÃO

A partir de diversas investigações envolvendo o assunto violência, verifica-se que na contemporaneidade o fenômeno da violência sexual atinge todas as camadas sociais e, os jovens são os mais vulneráveis, são as maiores vítimas. Portanto, intervenções psicopedagógicas significativas devem levar em consideração essa triste realidade e os sujeitos envolvidos neste cenário.

É importante construir conhecimentos sobre as concepções que os adolescentes possuem acerca da violência a fim de subsidiar as ações pedagógicas e a articulação da escola com a família e, com o cenário social no enfrentamento da questão. Dessa maneira é relevante propor alternativas, como reforço dessas ideias emergentes.

Ao se trabalhar esse ciclo de vida – a adolescência, não se pode deixar de referir que o novo cenário político do Brasil na década de oitenta fez com que se concebesse uma Constituição voltada para questões mundialmente debatidas concernentes à defesa dos direitos humanos de todos os cidadãos - Constituição Cidadã, conforme ficou conhecida.

Neste contexto, destaca-se o movimento denominado “A criança constituinte”, cuja articulação garantiu a inclusão de um artigo inusitado na Constituição Federal. O artigo 227, baseado nos postulados da Declaração Universal dos Direitos da Criança e provocador do processo que culminou na elaboração de uma nova lei – o Estatuto da Criança e do Adolescente – 1990, que versa sobre os direitos universais da pessoa humana e se apresenta desta forma:

Art. 4º - É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, a profissão, a cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-la a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1990).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no artigo 5º diz que nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração,

violência, crueldade e opressão, punindo na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais. Estava dado o ponto de partida para que a sociedade se mobilizasse com mais organização sobre a questão dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Quando se trata de sexualidade, conforme fala Nunes *apud* Ferrari (2002), é um terreno híbrido entre o pessoal e o social, encruzilhada confusa onde se articula o ser e o existir individual e coletivo de cada um de nós. Articula assim, experiências afetivas pessoais e aprendizados socioculturais de convivência. Nesse caso, não se pode falar de sexualidade e relacionamento sexual de forma desvinculada de temas sociais, históricos e culturais, antropológicos e psicológicos.

O olhar que se tem sobre este tema, nos dias atuais, observados nos meios de comunicação, é de que o desejo do homem é colocado acima do desejo das mulheres, que ainda hoje são vistas como objetos. Acresce-se a isto o fato de que em nossa sociedade capitalista, à mulher é delegado um papel de menos valor, quando pesquisas também apresentadas em meios escritos de comunicação, indica que as mulheres percebem menor remuneração nas mesmas funções desempenhadas pelos homens. Assim algumas questões têm sido trabalhadas com maior tenacidade por toda sociedade abrangendo indivíduos, grupos sociais e instituições, como por exemplo: como viver a sexualidade de forma plena e livre; como alterar esse quadro de desigualdade, permeado por preconceitos e discriminação com base no gênero; como evitar os riscos decorrentes da desigualdade entre gêneros, em especial a violência sexual que ocorre, principalmente contra mulheres e crianças, dentre outras.

Como possibilidade de enfrentamento a essas questões, os consensos nacionais e internacionais apontam a relevância da Educação Sexual e o direito à informação qualificada. Ações educativas nesse campo podem levar a sociedade a discutir, de modo contínuo, essa construção histórico-sociocultural da sexualidade.

Por conseguinte, as questões que instigam a pesquisa estão voltadas para a compreensão dos significados atribuídos à sexualidade, violência sexual e modos de prevenção da violência sexual envolvendo adolescentes de uma escola do bairro São José, do sexo feminino, na faixa etária de 12 a 14 anos.

Nessa perspectiva, entende-se que a violência possui várias faces e para que se possa identificá-la em todos os matizes é necessário nos debruçarmos sobre a produção acerca da temática em foco, quando se percebe que o sentimento presente é de que se está perdendo o controle de referências que eram sempre muito valorizadas em tempos passados.

Observamos que ainda hoje, grande parte da nossa população vive privada dos direitos básicos, sem expectativas de cidadania. Todo cidadão, que integra a sociedade pluralista do Estado democrático, é senhor do exercício da cidadania, a qual, em síntese, é vocábulo que expressa um extenso conjunto de direitos e de deveres (ACKER, 1999). O cidadão político convive com questões de desigualdade, injustiça, corrupção, impunidade e violação dos direitos humanos, podendo tais fatores ser desencadeadores da situação em referência.

Nas relações interpessoais a violência vem banalizando-se, e o diálogo está cada vez menos presente como instrumento de resolução dos conflitos. A violência sexual contra adolescentes é a expressão social dramática dessa situação. O adulto se autoriza a violar a criança e o adolescente na sociedade, na rua, nas instituições e dentro de suas próprias casas.

Nos adolescentes os efeitos da violência sexual alcançam significados complexos. A violência afeta diretamente o seu processo de construção no concernente à saúde física e mental, os conceitos sobre si mesmo e o mundo, as ideias acerca dos objetivos de vida, as expectativas sobre o futuro, e com isso o desenvolvimento moral está comprometido.

Diante do exposto, entender os significados da violência sexual e estratégias de prevenção da violência sexual atribuídos por um grupo de adolescentes de uma escola-abrigo foi o objetivo desta pesquisa. Para tanto, buscou-se, a partir da visão das adolescentes, verificar qual o conceito de violência sexual concebido, identificar possibilidades de ações de enfrentamento da violência que possam contribuir para ressignificar os modos de perceber os conceitos discutidos.

Deste modo, consideramos que a relevância social que esta pesquisa possui, torna este trabalho, um grande desafio, ao mesmo tempo em que pode ser considerado um mecanismo de entendimento, pode fazer com que ao final, o resultado se transforme em ações possíveis, contribuindo para a promoção de políticas públicas.

A motivação para esta pesquisa surgiu da minha vivência com o universo da adolescência, desde a graduação quando o objeto de investigação tratou do Adolescente Infrator Institucionalizado e a Crise de Identidade. Nas pós-graduações: a) em Psicologia Clínica o tema abordado foi a Gravidez Precoce; b) em Terapia Cognitivo-Comportamental o enfoque foi Estresse Pós-Traumático em Crianças Vítimas de Violência; e c) em Dependência Química, O Adolescente e as drogas. Portanto, estas categorias analíticas – violação de direitos e adolescência faz parte da minha linha de investigação, desde sempre.

## **CAPÍTULO 1**

O esboço teórico apresentado a seguir tem como meta fundamentar as categorias analíticas deste trabalho, quais sejam: adolescência e a teoria sócio-histórica, como uma das alternativas de fundamentação da problemática ora estudada.

### **1 A ADOLESCÊNCIA: CONCEITOS E PERCURSO HISTÓRICO**

#### **1.1 SIGNIFICADOS**

O Estatuto da Criança e do Adolescente situa a adolescência entre doze e dezoito anos incompletos. Uma das principais tarefas do desenvolvimento da adolescência é a formação de uma identidade pessoal, definindo quem a pessoa é e como concebe a si própria.

As palavras adolescência e juventude não tem uma definição precisa. Para autores como Aberastury e Knobel (1992) e Carvajal (1998), a adolescência é a fase que vem depois da infância e antes da juventude e começa por volta dos doze anos e termina por volta dos dezoito.

O fato é que não existe critério preciso para definir a fase que vai desde a puberdade até a vida adulta. A adolescência não é uma fase natural do desenvolvimento humano, mas um derivado da estrutura socioeconômica. Na realidade, não existe adolescência, mas sim adolescências.

Os critérios que poderiam definir a adolescência, de acordo com Myers (1999), são construídos pela cultura. Parece um contrassenso, entretanto, que esses discernimentos que poderiam definir essa etapa não façam parte da constituição do indivíduo, mas sejam construídos pela cultura. Na África, na Nova Guiné, na Oceania, por exemplo, não se concebe esta ideia, pois, as crianças passam da idade infantil para a idade adulta, com todos os riscos e responsabilidades atribuídas a um ser maior de idade.

Para explicar o momento de incerteza quanto às mudanças que se fazem presentes na adolescência, Erik Erikson (1976) apresentou a expressão "crise de identidade", tornando-se reconhecida como um momento característico do desenvolvimento humano. Apesar de identificar oito estágios psicossociais de desenvolvimento, onde a aquisição de novas habilidades e atitudes são vividas como crises de aprendizagem e interação social, é na adolescência que ocorre a integração da identidade psicossocial. Essa integração reproduz as quatro crises da infância, assim como alicerça as três crises que serão vividas na idade adulta. O autor denomina esse momento de "moratória social", período onde o adolescente pode aguardar enquanto se prepara para exercer os papéis adultos.

Essa mudança traz possibilidades de se compreender a adolescência não apenas em função de conflitos individuais e biológicos, mas através da constatação da influência do social na formação da identidade do Ego, pois, quando pressente que o meio tenta privá-lo do desenvolvimento de uma identidade confiante em si mesmo, com possibilidades de oportunidades, de escolhas e de autorealização, o adolescente retrai-se em estados inacessíveis e de rebeldia.

Assim, é possível confirmar que, existe a adolescência, quando uma determinada sociedade exige de seus membros uma longa preparação para entrar no mundo do adulto, e aí teremos de fato adolescentes com as características psicológicas que definirão a fase, que foi artificialmente criada.

Bock (2002) afirma:

Para evitar equívoco é necessário esclarecer que, evidentemente não se nega a existência, em qualquer cultura, da puberdade e da passagem da pré-adolescência para a idade adulta. O que se afirma é que não existe necessariamente uma fase de desenvolvimento entre a pré-adolescência e a idade adulta que tenha uma duração mais ou menos longa e tenha status psicossocial diverso da pré-adolescência e da idade adulta (p. 293).

Segundo Bock (2007), o período da adolescência não é igual para todos os jovens. Provavelmente, em nossa sociedade, o período da adolescência está associado ao tempo que o jovem necessita para se capacitar a uma profissão.

O problema da adolescência é algo muito complexo que engloba todo o futuro da humanidade, inclusive o nosso. Contudo, acreditamos que o adolescente é um homem livre, exigindo sua liberdade, seu direito ao livre arbítrio e ninguém pode lhe negar.

## 1.2 A ADOLESCÊNCIA AO LONGO DA HISTÓRIA

A ideia do que hoje chamamos adolescência é apenas ensaiada a partir do século XVIII. Na Idade Média, a consciência das particularidades da infância não existia; não havia distinção entre crianças e adultos, afirma o historiador francês Ariés (1981). O conceito de infância relacionava-se exclusivamente com a noção de dependência; quando a criança adquiria a condição de viver sem o desvelo constante da mãe ou da ama, ingressava plenamente no mundo adulto, participando de todas as atividades sociais.

A teologia cristã e os dogmas religiosos embasavam a visão de mundo na sociedade medieval, sofrendo influência, também da filosofia grega, especialmente de Platão. O desenvolvimento do conceito de homúnculo foi favorecido pela compreensão da natureza divina de forma racional e essa influência motivou a interpretação do crescimento como um acréscimo quantitativo dos aspectos físicos e mentais do homem (MUUSS, 1988). A infância era percebida como uma passagem, logo suplantada e, cuja lembrança era rapidamente relevada.

Na trajetória da Idade Média à Modernidade, de acordo com Áries (1993), três fatores apresentaram grande influência na visão que o homem tinha de si e da sua relação com os outros. O primeiro aspecto foi o novo papel do Estado, que adveio a intervir e desempenhar controle do espaço social e da ordem pública, passando à comunidade um tempo maior para a inclinação com atividades particulares. O desenvolvimento da alfabetização e dos livros, incentivando o gosto pelo privado e pela solidão foi o segundo. O surgimento de novas religiões ao longo dos séculos XVI e XVII foi o terceiro fator e exigia dos fiéis uma religiosidade mais reservada. Esse conjugado de transformações produziu a passagem de uma experiência anteriormente grupal, quando a comunidade condizia e limitava o indivíduo em uma valorização do espaço privado. A família, além de unidade econômica, passou a ser arrostada como lugar de afetividade entre o casal e os filhos.

Os pais passaram a nutrir um novo sentimento em relação aos filhos, o que foi recriminado por moralistas que apontavam o exagero de complacência: esta seria prejudicial à criança e à sociedade. Para justar esse costume, o Estado e a Igreja retomaram o encargo do sistema educativo, por meio da criação de colégios, dedicados a pessoas com idade entre 10 e 25 anos, sem distinção (GÉLIS *apud* GROSSMAN, 2013).

O próximo século foi caracterizado pelo movimento de ideias do Iluminismo, que deu sustentáculo a uma renovação pedagógica na qual, ao lado da aceção de novas técnicas,

afirmava-se a ideia da onipotência da educação na modelagem do indivíduo (GROSSMAN, 2013).

O fortalecimento dos Estados Nacionais, a redefinição dos papéis sociais das mulheres e das crianças, o progresso célere da industrialização e da técnica e a organização de trabalhadores foram características do século XIX. Um duplice movimento surgiu nas relações pais e filhos; a infância era vista como uma ocasião excepcional da vida, e passou a se investir no futuro dos filhos. De acordo com Passerini *apud* Grossman (2013), surge com nitidez a figura do adolescente, definindo-se: a adolescência masculina como o período entre a primeira comunhão e o serviço militar e, a feminina, entre a primeira comunhão e o casamento. No decurso desse século, a adolescência passou a ser perfilhada como um período crítico da vida, uma fase de potenciais temeridades para o indivíduo e a sociedade, uma real zona de agitação e altercação.

Hall *apud* Ketl (1993), no primeiro livro referido no Index Medicus, fazia uma relação entre o ser humano em desenvolvimento e a evolução da espécie humana: ambas passavam por fases que obedeciam a um padrão universal, inevitável e imutável, de forma independente do ambiente, controladas exclusivamente pela hereditariedade. Expunha a adolescência como um período de *sturm und drang* (tempestade e tensão), de turbulência e transição ao status adulto final, em que os indivíduos oscilavam entre vigor e letargia. Caracterizou-a como uma fase ameaçadora e atribulada, que demandava amparo.

### **1.2.1 Abordagem sócio-histórica da adolescência**

Na ciência psicológica, a abordagem sócio-histórica é a que mais se aproxima da construção desse conceito, razão pela qual, abordar-se a variável adolescência nessa perspectiva teórica.

Para contextualizar a ideia que queremos discutir faz-se necessário o entendimento do sujeito a partir do significado que atribui a tudo que o cerca, embasando estas concepções no materialismo histórico dialético da teoria marxista, que concebe o homem com um produto histórico-social. Segundo esta teoria, o indivíduo é construído ao longo da história de vida, a partir das relações com o meio e com outros homens. Portanto, buscar-se-á na contribuição sócio-histórica, em exemplos concretos de sentido e significado, embasamento para o estudo do objeto desta pesquisa.

Os sentidos atribuídos à voz do adolescente devem prever uma análise que os profissionais precisam observar com muito critério, pois, a articulação entre o conjunto de cuidadores deve passar por questões atentas às necessidades desta clientela específica.

Então, quando nos propomos a entender o universo adolescente é necessário a apropriação de estratégias ou recursos que permitam a compreensão daquilo que queremos buscar enquanto objetivo. Para tanto, é importante entender o sentido e significado dentro da perspectiva sócio-histórica.

A abordagem sócio-histórica não nega a existência da adolescência enquanto conceito importante para a Psicologia. Entretanto, não considera como fase natural do desenvolvimento, mas como uma criação histórica da humanidade. Um fato que passou a fazer parte da cultura enquanto significado, isto é, um período constituído historicamente (OZELLA, 2003).

Encontramos ainda, na contribuição de Vygotsky subsídios que consideramos ser importante relatar, pois, seu trabalho é de extrema relevância quando se trata de entender essa relação do sujeito com seu universo.

Vygotsky (1934, p 55) afirma que “a partir do momento que a criança descobre que tudo tem um nome, cada novo objeto que surge representa um problema que a criança resolve atribuindo-lhe um nome” quando falta palavra, recorre ao adulto. Esses significados básicos de palavras funcionarão como embriões para a formação de novos e complexos conceitos.

De acordo com Vygotsky *apud* Luria (1976) as atividades cognitivas básicas dos indivíduos ocorrem de acordo com sua história social e acabam se constituindo no produto do desenvolvimento histórico-social de sua comunidade. Conseqüentemente, a história da sociedade na qual as crianças se desenvolvem e a história pessoal desta criança serão os fatores cruciais que determinarão a forma de pensar.

Segundo os pressupostos de Vygotsky *apud* Oliveira (1997), o homem transforma-se de biológico a sócio-histórico, num processo em que a cultura é parte essencial da constituição da natureza humana. Por isso, a mediação desempenha um papel fundamental quando diz que: a relação do homem com mundo não é uma relação direta, mas uma relação mediada, entre os sistemas simbólicos, os elementos intermediários e entre o sujeito e o mundo. Mediação, portanto, é o processo de intervenção de um elemento intermediário numa relação e ao longo do desenvolvimento do indivíduo as relações mediadas passam a predominar sobre as relações diretas.

Vygotsky (1997) enfatiza a questão de processos ou funções superiores que envolvem o controle consciente do comportamento, a ação intencional e a liberdade do indivíduo em

relação às características do momento e do espaço presente. O ser humano tem a possibilidade de pensar em objetos ausentes, imaginar eventos nunca vividos, planejar ações a serem realizadas em momentos posteriores, são as atividades psicológicas superiores.

De acordo com Vygotsky (1997), existem dois tipos de elementos mediadores: os instrumentos e os signos. O instrumento é um elemento interposto entre o trabalhador e o objeto de seu trabalho, ampliando as possibilidades de transformação da natureza. O instrumento é feito ou buscado especialmente para certo objetivo. É, pois, um objeto social e mediador da relação entre o indivíduo e o mundo. Os signos são meios de auxílio na resolução de problemas, no campo psicológico. Agem como instrumentos da atividade psicológica de maneira análoga ao papel de um instrumento de trabalho. Os elementos são instrumentos externos, os signos são elementos internos, no indivíduo.

Vygotsky (1997) afirma que não existe método alheio a uma concepção de realidade, de relação homem-mundo, assim, o homem se constitui de uma relação dialética com o social e a história, sendo ao mesmo tempo, único, singular e histórico. Um homem que ao nascer é candidato à humanidade, mas somente a adquire no processo de apropriação do mundo.

Esse homem, constituído na e pela atividade, ao produzir sua forma humana de existência revela – em todas as suas expressões – a história social, a ideologia, as relações sociais, o modo de produção. Ao mesmo tempo, esse mesmo homem expressa sua singularidade, o novo que é capaz de produzir, os sociais e os sentidos subjetivos.

Indivíduo e sociedade vivem uma relação, na qual se incluem e se excluem ao mesmo tempo. Vygotsky (2001) afirma que o indivíduo é quase o social, para ele não há invenções individuais no sentido estrito da palavra. Em todas existe sempre alguma colaboração anônima, entendendo dessa forma, que o indivíduo e sociedade não mantêm uma relação isomórfica entre si, mas uma relação onde um constitui o outro.

Dessa forma, o processo de internalização deveria ser chamado de processo de revolução, pressupondo radical reestruturação da atividade psíquica nesse movimento chamado internalização, no qual o plano interno não se constitui em mera transposição do social, mas o contém como propriedade essencial. E assim, o sujeito, objeto dessa pesquisa, estará sendo visto como alguém único, singular, mas ao mesmo tempo como um ser histórico e social.

Portanto, para que o entendimento ocorra de forma plena faz-se necessário refletir com determinação sobre a visão destes autores para poder situar a questão da adolescência e suas peculiaridades, num contexto capaz de nos levar ao entendimento do que buscamos na referida pesquisa: o significado da violência na adolescência.

Entender o sentido e o significado da adolescência na realidade brasileira pode parecer uma tarefa fácil, mas não podemos nos esquecer de que existem, em outras culturas, outras formas de perceber o fenômeno da adolescência. Por isso, é importante conceituar adolescência, na visão da realidade brasileira, para que o entendimento ocorra de fato. Para isso, vamos nos apropriar da visão de autores que se dedicaram aos estudos da adolescência, suas peculiaridades, seus conflitos e as implicações na formação da personalidade adulta.

Para Vygotsky (2001) as palavras/signos são nosso ponto de partida. Para compreender a fala de alguém não basta apreender suas palavras, é preciso apreender seu pensamento, sempre emocionado, para daí caminhar em direção da busca dos significados e sentidos constituídos. É necessário explicar que as duas categorias, apesar de serem diferentes, de não perderem sua singularidade, não podem ser compreendidas desvinculadas uma da outra, pois uma não é sem a outra.

Para Vygotsky (1996) o significado, no campo semântico, corresponde às relações que a palavra pode encerrar; já no campo psicológico, é uma generalização, um conceito e, na verdade o homem transforma a natureza e a si mesmo na atividade. É fundamental que se entenda que esse processo de produção cultural, social e pessoal tem como elemento constitutivo os significados. Portanto, a atividade humana é sempre significada. Assim, o homem no agir humano, realiza uma atividade externa e uma interna, e ambas as situações operam com os significados.

Esse autor lembra, ainda, que o que internalizamos não é o gesto como materialidade do movimento, mas a sua significação, a qual tem o poder natural de transformar o natural em cultural. Os significados são, pois, produções históricas e sociais. São eles que permitem a comunicação, a socialização de nossas experiências. Os significados referem-se assim, aos conteúdos instituídos, mais fixos, compartilhados, que são apropriados pelos sujeitos, configurados a partir de suas próprias subjetividades.

Antes de discutir sentidos e significados é preciso compreendê-los como sendo constituídos pela unidade contraditória do simbólico e do emocional. Os significados constituem o ponto de partida, pois também contém mais do que aparentam e que, por meio de um trabalho de análise e interpretação, pode-se caminhar para as zonas mais instáveis, fluídas e profundas, ou seja, para as zonas de sentido, e esse é mais amplo que o significado, pois o primeiro constitui a articulação dos eventos psicológicos que o sujeito produz perante a realidade.

Para González Rey (2003) o sentido subverte o significado, pois, não se submete a uma lógica racional externa. O sentido refere-se à necessidade que, muitas vezes, ainda não se

realizou, mas que mobiliza o sujeito a constituir o seu ser, gera formas de colocá-lo na atividade. A categoria sentido destaca a singularidade historicamente constituída.

Para Namura (2003) a análise da relação do sentido com a palavra mostrou que o sentido de uma palavra nunca é completo, é determinado, no fim das contas, por toda a riqueza do momento existente na consciência. O sentido da palavra é inesgotável porque é contextualizado em relação à obra do autor, mas também na compreensão do mundo e no conjunto da estrutura interior do indivíduo.

Evidencia-se, portanto, a complexidade de tal categoria, fato que sem dúvida gera grande dificuldade nas formas de apreendê-lo. Entretanto, este é o caminho que se deve seguir, para aprender o processo constitutivo dos sentidos, bem como os elementos que engendram o processo daquilo que diz respeito ao sujeito, daquilo que representa o novo que, mesmo quando não colocado explicita ou intencionalmente, é expressão do sujeito, configurado pela unicidade histórica e social do sujeito, revelação das suas possibilidades de criação.

O sentido coloca-se em um plano que se aproxima mais da subjetividade, e com mais precisão, expressa o sujeito, a unidade de todos os processos cognitivos, afetivos e biológicos. Assim, para avançar na compreensão dos sentidos, em nossas análises temos de considerar que todas as expressões humanas são cognitivas e afetivas.

Vygotsky (2001) afirma que o pensamento não se exprime na palavra, mas nela se realiza, podendo, muitas vezes, “o pensamento fracassar”, não se realizando como palavra. A partir dessa afirmação, entendemos que esse conteúdo fracassado, na sua expressão, continua vivo, ativo, sendo um dos elementos a constituir os eventos psicológicos que os fatos suscitam nos sujeitos. Assim, para compreender o que singulariza o sujeito, precisamos analisar seu processo de constituição que, sem dúvida, se expressa na palavra como significado, e ao apreender o significado da palavra temos as condições de, em um esforço analítico e interpretativo, aproximarmo-nos das zonas de sentido.

### **1.3 SEXUALIDADE E ADOLESCÊNCIA**

Na nossa sociedade capitalista, após os movimentos sociais ocorridos na época de 1960 e 1970, de questionamentos dos papéis sexuais, das opções das escolhas sexuais, a questão da sexualidade na adolescência merece reflexões.

Um aspecto importante na discussão da sexualidade é a introdução a outras dimensões, até então não consideradas. Por exemplo: a sexualidade não cumpre apenas a função social de

reprodução da espécie, mas também a função de busca de prazer pessoal e individual. Neste caso, dois elementos são importantes: a questão do prazer e a perspectiva que, o prazer traz, na visão individualista da sociedade moderna. Portanto, a sexualidade é vista e concebida como algo separado das relações sociais e da cultura, dotado de uma natureza humana, caracterizada e potencializada, especificamente humana. Assim, o homem tornou-se responsável pelo controle de seus instintos, de sua sexualidade.

Bock (2007) referindo-se à sexualidade, diz que nosso desconhecimento e, portanto, nossas dúvidas sobre a nossa sexualidade são inúmeras. Apesar de ser a nossa sexualidade, ela nos parece como algo incógnito, cheio de preconceitos, de moralismo, de dúvidas, de informações incorretas. Esse paradoxo – do desconhecimento de algo tão nosso – tem feito do sexo um tabu.

A constituição da sexualidade e da possibilidade de sua construção pelo indivíduo antecede seu próprio nascimento, por expressarem as condições sócio-históricas mais globais, bem como as específicas e as circunstâncias nas quais o casal, que gera uma criança, está inserido (BOCK, 2009). Após o nascimento, o indivíduo será nomeado, expressando um gênero, masculino ou feminino, e tratado como tal, e o início da puberdade tem significado para os diferentes grupos sociais e culturais, a condição para a menina e menino ser introduzido no universo adulto.

A sexualidade, uma característica do ser humano, se expressa e é construída desde o nascimento até a morte e, numa busca de definição para a sexualidade, vemos que, ao contrário do conceito de sexo, ela constitui parte integral da personalidade humana, integrando experiências afetivas exclusivamente pessoais, aprendizado sociocultural de convivência, crenças e valores.

Segundo Nunes *apud* Ferrari (2002) sexualidade é um terreno híbrido entre o pessoal e o social, encruzilhada confusa onde se articula o ser e o existir individual e coletivo de cada um de nós. Por isso não podemos falar de sexualidade desvincilhada de temas sociais e psicológicos.

A sexualidade já foi compreendida como algo místico pela religião, entretanto, com o aparecimento da civilização urbana, o sexo começa a perder este caráter místico, e amplia seu conhecimento e controle sobre ele. Surge a figura de mulheres destinadas ao prazer, e das destinadas à reprodução. Ao homem cabe o poder e à mulher a submissão. O que é possível observar nos dias atuais, é que, quando o desejo do homem é colocado acima do desejo da mulher e elas são vistas como objetos disponíveis de prazer ou reprodução, se aceita o sexo sem afeto, surgindo uma dicotomia entre sexo e afetividade.

Na sociedade capitalista à mulher é também delegado um papel de menor valor, tendo em vista ter em si aspectos reprodutores que poderiam inviabilizar sua participação social na produção de bens de consumo.

O desenvolvimento da sexualidade é atingido, a princípio no nível da identidade genital de gênero, e, posteriormente, orienta-se para uma busca de complementação afetiva, continua-se dando de forma diferente para o homem e para a mulher. O prazer sexual feminino continua assim, carregado da noção de pecado e, decorrente de circunstâncias.

Notamos que as novas gerações estão tentando alterar os padrões de comportamento estereotipados. Assim, no caso dos jovens vem surgindo novas formas de relacionamentos com maior liberdade ao exercício do sexo. Os contatos físicos e de exploração fazem parte de uma etapa que antecede o namoro - o “ficar”, apresentando expressões diferentes conforme a idade, indo das carícias às relações sexuais, o que nos leva a vislumbrar que, talvez esteja se construindo uma nova cultura dos direitos sexuais reprodutivos na sociedade brasileira.

O final da adolescência, de acordo com Aberastury e Knobel (1992) marca para o jovem, a superação do desafio de buscar a sua identidade e liberdade, conquistas que dependem da renúncia aos pais da infância e do reconhecimento da sua individualidade. O que importa, nesse momento, é libertar-se do pai e abrir caminhos para a vida adulta.

Com todas essas mudanças, quando algum direito é violado, este se torna um elemento a mais para complementar a reviravolta dessa fase. É o que acontece quando ocorre a violência sexual, fato este que se somará às dificuldades e aos conflitos da adolescência. Apesar dos avanços na conquista de novos direitos, o cenário de violação ainda é marcante. Abordaremos a seguir, a temática da violência sexual.

## **CAPÍTULO 2**

Aqui é apresentada a outra categoria analítica deste trabalho: a violência sexual e seus tipos, conceitos e/ou modalidades, com suas características junto à infância e adolescência, também fundamentando a problemática ora estudada.

### **2 VIOLÊNCIA SEXUAL: CONCEITOS**

A violência acompanha a história do homem. A história da humanidade tem mais anos de guerra do que de paz, de violência que de amor. Criar novos valores significa modificar previamente os valores antigos. É um fenômeno que se desenvolve e se dissemina nas relações sociais e interpessoais, implicando sempre uma relação de poder, o que demonstra na realidade que o mais fraco se submete ao mais forte, sendo que para a sociedade a relação de poder passa a ser concebida como natural e comum (FERREIRA, 2002). Desde o princípio de sua existência, o homem, dentre os seres vivos, é o ator principal na prática de violência.

Para as ciências sociais, violência é toda e qualquer forma de opressão, de maus tratos, de agressão, tanto no plano físico, como emocional que contribui para o sofrimento de outra pessoa. Violência implica uso da força física ou psicológica. Podemos incluir aí, atos cometidos contra menores cuja idade ou deficiência mental os torne incapazes de compreender seu significado (SANTOS e ALVES, 2013).

Ferrari (2002) evidencia que o tipo de violência que cria vítimas, sobretudo, entre as mulheres e os mais indefesos, aponta para um comportamento por parte do agente da agressão, com a presença de um duplo componente: a violência e a sexualidade.

Existe uma preocupação grande por parte dos países americanos e europeus por se tratarem de fenômenos que tendem a persistir ao longo do tempo, escalar a gravidade e aumentar a vulnerabilidade dos indivíduos. Como a violência doméstica, a manifestação infanto-juvenil de comportamento antissocial tem em comum também outra peculiaridade: a ocorrência em famílias que tem pouca interação familiar e um índice alto de negligência.

Para Hutz (2005) a agressão pode ser definida como qualquer forma de expressão física ou verbal que acarreta danos físicos a outros indivíduos. Autores como Kaplan (1997) e Loeber (*apud* HUTZ, 2005) compartilham com a ideia de Hutz, e contribuem fazendo uma diferença entre agressividade e violência. Para Loeber e Hay (*apud* HUTZ, 2005) a agressão provoca danos menos severos ao indivíduo, ao passo que a violência pode ser caracterizada por atos agressivos, como delinquência ou crueldade, que causam sérios prejuízos às vítimas.

Para falar de violência doméstica ou intrafamiliar contra criança na contemporaneidade, de acordo com Ferreira (2002), é necessário compreender sua magnitude, em relação aos maus tratos, negligência, abandono, violência sexual, encontrados já na fase da mitologia ocidental, nas passagens bíblicas, fazendo parte da história.

Sabe-se que a violência no Brasil tem sido alvo de constante divulgação pela mídia e outros meios de comunicação. Para o Ministério da Saúde, a violência é considerada como um problema de saúde pública uma vez que a criança está à mercê de alguma forma de ato violento, sendo que o artigo 5º da Lei 8.069/1990 prescreve que nenhuma criança e adolescente será o objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão aos seus direitos fundamentais.

O que se sabe é que a violência não é um ato da modernidade, mas tem sua historicidade repleta de angústias e, sobretudo consequências que deixam marcas em quem sofre e o faz carregar lembranças para toda vida. O que torna a violência hoje, mais visível, são os mecanismos onde se podem realizar denúncias de violência contra a criança, uma vez que se sabe que existem as leis que amparam seu pleno desenvolvimento na sociedade.

No Brasil, segundo Guerra (2001), a violência e os maus tratos contra a criança passaram a ser tratados com mais seriedade, nesta década quando se iniciaram os primeiros programas específicos de atendimento desta problemática, previsto no artigo 87 do inciso III da Lei 8.069/90 do Estatuto da Criança e Adolescente.

Dentre os tipos de violência identificados e nomeados por diversos autores, estão: a violência física, sexual, psicológica, negligência ou maus tratos e abandono. Neste trabalho, estamos abordando especificamente a violência sexual, que não descarta nenhuma das outras formas de violência e muitas vezes estão associadas.

## 2.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A VIOLÊNCIA SEXUAL E SUAS MODALIDADES

A violência sexual perpetrada por adultos contra criança ou adolescentes, por seu caráter íntimo e relacional, é particularmente grave, por ser organizadora de estruturas psíquicas e sociais, principalmente nos abusos sexuais de longa duração e na exploração sexual comercial. É uma violação de direitos humanos universais, de regras sociais e familiares da cultura e da sociedade em que ocorre. Trata-se de atividades sexuais inadequadas para a idade e o desenvolvimento psicosssexual da criança ou do adolescente, sendo sempre impostas por coerção, violência ou sedução, ou que transgridam os tabus sociais.

Conforme se observa, a perspectiva da existência de uma conduta contínua entre outras condutas agressivas infantis e a manifestação de problemas de comportamentos futuros, é um paradigma recente no campo científico. Nesse sentido, Tamblay (*apud* HUTZ, 2005) afirma que:

No século passado, o comportamento agressivo não era estudado em seu aspecto desenvolvimental. Desse modo, o estudo dos comportamentos agressivos em adultos era realizado sem referências à manifestação de comportamentos agressivos na infância. Dessa forma, entre os adolescentes, as avaliações eram realizadas como se a incidência de comportamento agressivo fosse desvinculada da conduta infantil. Todavia, atualmente, dispõe-se de um conjunto de evidências contrárias a essa hipótese (p.12).

Dessa maneira, a recente identificação de casos de agressividade intrafamiliar e de negligência parental ressalta que, em muitos casos, a dinâmica familiar, ao contrário de exercer um papel protetivo, amplia a vulnerabilidade emocional dos filhos e estabelece um modelo de interação inadequado que tende a ser reproduzido futuramente.

Quanto às modalidades, a violência pode ocorrer de forma intrafamiliar ou extrafamiliar. Segundo Faleiros e Campos (1998), o conceito e a designação dos diferentes tipos de violência sexual deve ter como critério a natureza da relação que se estabelece em cada um dos cenários em que a mesma ocorre. Ora, a designação e classificação do abuso sexual (relacionamento sexual parafilico) em intra e extrafamiliar definem o local e a autoria da violência sexual e não a natureza da relação que se estabelece entre o violentador e sua vítima.

Classificar os abusos sexuais em intrafamiliar e extrafamiliar – o que se justifica pela preocupação em entender as relações incestuosas e em dar visibilidade à sua grande incidência – corresponde a uma concepção reducionista das relações sociais, ou seja, é o familiar (o essencial) e o não familiar, reduzindo a “restante” tudo o que não é familiar, todas

as “outras”, múltiplas e diversas relações humanas. Por outro lado, a classificação do abuso em intra e extrafamiliar (ocorre fora do ambiente doméstico) tem por base o critério de parentesco/domicílio, não clarificando a natureza da relação abusiva.

No caso da violência intrafamiliar ou incestuosa, de acordo com Habigzang e Koller (2011), é aquele que ocorre no contexto familiar e é perpetrado por pessoas afetivamente próximas da criança ou do adolescente, com ou sem laços de consanguinidade, que desempenham um papel de cuidador ou responsável destes. Além do pai e mãe, inclui madrastas, padrastos, tutores, irmãos, meio irmãos, avós, namorados ou companheiros que morem junto com o pai ou a mãe, caso eles assumam a função de cuidadores.

A violência sexual apresenta ainda a característica de ocorrer com envolvimento físico, podendo ter ou não penetração (carícias, toques, intercurso interfemural, sexo oral, digital, com objetos, intercurso genital e anal); e sem envolvimento físico (assédio verbal, exibicionismo, voyeurismo e exploração).

A violência sexual é produto de relações sociais desiguais, onde a relação entre os atores envolvidos estabelece-se numa dinâmica em que o agressor tem alguma condição de vantagem, seja física, emocional, econômica ou social, sobre a vítima. Como afirma Chauí (1985), a violência é a transformação dos diferentes em desiguais e dessa desigualdade em uma relação de poder: do mais forte sobre o mais fraco, do maior sobre o menor, do homem sobre a mulher, do adulto sobre a criança.

Em lugar de tomarmos a violência como violação e transgressão de normas, regras etc., preferimos considerá-la sob dois outros ângulos. Em primeiro lugar, como conversão de uma diferença e de uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade, com fins de dominação, de exploração e de opressão. Isto é a conversão dos diferentes em desiguais e a desigualdade em relação entre superior e inferior. Em segundo lugar como ação que trata a um ser humano não como sujeito, mas como uma coisa. Esta caracterizada pela inércia, pela passividade e pelo silêncio. De modo que, quando a atividade e a fala de outrem são impedidas ou anuladas, há violência (CHAUÍ, 1985, p. 35).

Além disso, essa violência está configurada em um contexto multidimensionado com aspectos relacionados à sociedade, à cultura, à economia e às características psicoemocionais dos indivíduos envolvidos.

### **2.2.1 Abuso sexual ou estupro de vulnerável**

Abuso sexual ou estupro de vulnerável implica, ao contrário do que sugere o termo violência, na maioria dos casos, a ausência da utilização da força. Nesse caso, a satisfação

sexual é obtida pela sedução; a lei inclui os atos cometidos com certa culpabilidade e mesmo com o consentimento do menor.

É uma situação em que uma criança ou adolescente é usado para a gratificação de um adulto ou mesmo de um adolescente mais velho, baseado em uma relação de poder que pode incluir desde carícias, manipulação de genitália, mama ou ânus, voyeurismo, pornografia e exibicionismo até o ato sexual com ou sem penetração, com ou sem violência (ABRAPIA, 1997).

Muitas famílias que convivem com o drama do abuso sexual com crianças ou com adolescentes ocorrendo entre parentes próximos, de forma incestuosa, chama atenção por nos apresentar um traço característico digno de uma reflexão atenta e profunda. Trata-se de uma dinâmica familiar complexa que, ora nos mostra com clareza os processos de mudança socioeconômico e culturais sofridos ao longo de quatro ou cinco décadas, ora nos mostra rigidez de alguns elementos que perpassam várias gerações diferentes e subsequentes.

Nesse curioso jogo entre mudar e permanecer se compreende que estes eixos se mostram mais profundos e cristalizados, e que sustentam as relações intrafamiliares de afeto, poder e autoridade, exatamente aqueles que favorecem a repetição quase automática do abuso sexual no seu interior, e que, portanto, nos mostra uma vez a superficialidade das mudanças sofridas (CERVENY, 2007).

Crianças abusadas sexualmente numa idade muito precoce podem sofrer danos mentais e cognitivos que as fragmentam. Em algumas culturas, de acordo com essa autora, o comportamento agressivo tem sido visto como um problema de saúde pública, em virtude da dimensão que tem tomado. Nestes locais é observado um crescimento significativo de problemas de violência envolvendo adolescentes, principalmente nas sociedades ocidentais.

Segundo Ferrari (2002, p. 119):

Reunir os pedaços perdidos pelo trauma do abuso, ou seja, o senso do Eu do Tu e do Ele, pode demorar bastante, antes de elas poderem compreender o que aconteceu no decorrer do abuso. O discernimento acerca do (s) episódio(s) de abuso requer um equipamento mental nem sempre presente na criança.

Engana-se quem acredita que o abusador estampa na testa sua verdadeira personalidade, ou melhor, dizendo, seus desejos reais. Na maioria das vezes são pessoas aparentemente normais e que, também, mantém relações sexuais com adultos. O abuso sexual doméstico, de modo geral, é marcado por comportamentos sedutores e não de agressão. Por outro lado, existem aqueles que não se satisfazem apenas em observar de longe e não colocam

limites para a conquista do prazer. Atos como sexo oral, anal, masturbação, penetração com dedos ou genitais fazem parte de seu repertório de perversões.

Milhares de crianças e adolescentes foram e são vítimas do abuso sexual doméstico, considerado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) um dos grandes problemas de saúde pública do planeta (LEINER, 2007). Além disso, nos dias de hoje, as situações de violência vividas cotidianamente, geram naturalização, ou seja, passa-se a considerá-las como algo inevitável, fenômeno que acaba fazendo parte do dia-a-dia da população.

A banalização e a naturalização da violência podem implicar sua incorporação e reprodução como modo de ação e relação com os outros e, é por isso que o papel de todos os adultos em geral e dos educadores, em especial, é fundamental.

Segundo a Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência (ABRAPIA), estima-se que no Brasil, 168 crianças ou adolescentes sofrem abuso sexual por dia: sete a cada hora.

Estudos mostram que a primeira forma de violência doméstica é a agressão física, seguida pelo abuso sexual e que fazem parte do grupo de agressores, pessoas do coração, aqueles em quem todo mundo confia de olhos fechados e são referências amorosas fundamentais na vida da criança, como pai, avô, tio, irmão, padrasto, amigo da família, e em alguns casos a própria mãe.

Ao contrário do que a maioria das pessoas acredita, a violência sexual doméstica não é uma questão típica de países subdesenvolvidos. De acordo com Leiner (2007), é um fenômeno mundial que atinge proporções gravíssimas na Austrália, e na Irlanda, por exemplo. Também não escolhe classe social. O problema acontece em todas as classes sociais, porém, nas mais altas esse tipo de delito tende a ser encoberto e muitas vezes sequer é denunciado.

O alvo preferencial do abusador são as garotas, na faixa etária de zero a quatorze anos. Presa fácil, dificilmente tem como se defender; quando pequenas, mal sabem se expressar, mas intuem de certa forma, que algo está errado. Soma-se a isso o fato de o abusador se valer da submissão da vítima, seja por meio de ameaça ou de comportamentos sedutores. Em muitos casos, a criança confunde carinho com sexo e que toda relação tem que ser sexual e, a partir daí, toma isso como padrão normal de comportamento entre duas pessoas de idades tão diferentes.

No abuso, para a criança, existe uma confusão sobre o que realmente está acontecendo e isso explica porque em algumas situações o abuso é duradouro. Às vezes começa na infância e se estende até a adolescência. O ciclo só é rompido quando a vítima, de alguma forma, se dá conta do que está acontecendo, ou quando alguém percebe alterações no seu

comportamento: dificuldade para dormir, depressão, apatia, baixo rendimento escolar, são características que ajudam na identificação.

Quando a criança não recebe tratamento adequado, essa mudança de trajetória pode levar a distúrbios de aprendizagem, isolamento, falta de confiança, uso de drogas e até o início da vida amorosa precoce que faz com que a vítima se relacione sexualmente de forma imatura e pouco seletiva, o que pode levar à prostituição e a gravidez indesejada.

O abuso sexual se configura como uma relação que viola as regras e tabus da sociedade. A prevalência do abuso sexual na população geral foi foco de estudo realizado pela OMS, cujos resultados apontaram que aproximadamente 20% das mulheres e 5 a 10% dos homens sofreram abuso sexual na infância. Portanto, o abuso sexual é um fenômeno universal, que atinge todas as idades, classe sociais, gêneros e culturas (PFEIFFER e SALVAGNI, 2005).

Essa violação de direitos sempre deixa consequências psicológicas, pois, se consideram que a família é um espaço que deveria possibilitar a aprendizagem de vivências afetivas como amor, respeito, cuidado presentes nas relações interpessoais. No entanto, o abuso emocional demonstra que esses valores não estão presentes em todos os momentos do convívio familiar.

O autoritarismo, o abuso de poder, ou a negligência, falta de afetividade, estão comumente presentes. Assim, o abuso emocional no exercício da parentalidade influencia os comportamentos das crianças e adolescentes sobre a forma de lidar e resolver seus problemas e crenças disfuncionais ou equivocadas sobre si mesma e sobre os outros.

Esse abuso compromete o desenvolvimento emocional, pois, interfere na crença que a criança possui sobre a sua competência, isto é, sobre a sua habilidade de utilizar adequadamente os seus recursos para o cumprimento das tarefas relevantes ao estágio do desenvolvimento, isto é, na habilidade de se comunicar com os outros, na habilidade de reconhecer e se comprometer de forma realista com os desafios encontrados, de desenvolver sentimentos de confiança básica nas suas decisões diante dos desafios diários.

Segundo Lippi (1990), abuso sexual é a participação de uma criança ou adolescente menor em atividades sexuais, às quais não é capaz de compreender. Essas são inapropriadas a sua idade e ao seu desenvolvimento psicosssexual, e sofrem-nas por sedução ou força que transgridem os tabus sociais (GAUER, 2011).

Gauer (2011) referindo-se ao abuso sexual, a partir de estudos realizados com a colaboração de autores como Ana Freud, Laplanche, Mees, Tilmam e outros que entendem o abuso sexual como um trauma severo, inserido no termo “Síndrome da Criança Maltratada”,

esclarecem ainda que essa síndrome pode atingir dimensões doentias da família que não estabelece proteção suficiente para os filhos, permite a presença do abusador, dentro da própria casa, ameaças explícitas ou veladas e o estabelecimento do segredo sobre o abuso. Para esse autor, nessas situações podem ocorrer doenças psiquiátricas como: estresse pós-traumático, transtornos de personalidade *boderline* e antissocial, depressão, uso de drogas, delinquência, prostituição e distúrbios ligados à sexualidade do indivíduo.

Relaciona-se à percepção que meninas vítimas de abuso têm sobre si, sobre os outros e o futuro. Nessa visão, o abuso sexual é reconhecido como um relevante problema social de saúde pública, devido aos altos índices de incidência e as sérias consequências para o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social da vítima e de sua família. Implica um grande impacto físico e emocional às pessoas que a ele são expostas. O impacto do abuso está relacionado a fatores intrínsecos à criança tais como, os recursos sociais, funcionamento familiar, recursos emocionais dos cuidadores e recursos financeiros, incluindo acesso a tratamento (HABIGZANG *et al*, 2012).

Segundo Habigzan e Caminha (2004), o abuso sexual contra criança e adolescente pode ser definido como o envolvimento de uma criança em atividade sexual que ela não compreende totalmente, impossibilitando-a de fornecer seu consentimento, pois não tem consciência plena do ato para poder consenti-lo.

O ato sexual se configura como uma relação que viola as regras e tabus da sociedade. Incorporados a esta definição se encontram todos os outros tipos de encontro sexuais e comportamentais que abrangem aliciamento sexual, linguagem ou gestos sexualmente sugestivos, pornografia, voyeurismo, exibicionismo, carícias, masturbação e penetração com dedo ou pênis.

Para complicar ainda mais, às vezes o abusador é justamente quem deveria proteger a criança, assim a vida dela vira de cabeça para baixo, o desenvolvimento normal vai sendo comprometido vida a fora, e se não receber tratamento adequado, a alteração na trajetória dos acontecimentos normais na vida da criança vai levá-la a desenvolver vários distúrbios, às vezes irreversíveis.

Em Relatório lançado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) em dezembro de 2005, mostra que os dados oficiais mais recentes datam de 1988, e o número de ocorrência de 1.565 de denúncias entre 2000 e 2003. Segundo essa mesma fonte, estima que 300 mil meninas sejam vítimas de incesto pai-filha todos os anos (UNICEF, 2005).

A violência tem se mostrado frequente na sociedade atual. Agressões, verbais, abuso emocional, abusos físicos e sexuais, negligência e abandono resultam, muitas vezes, até na

morte de crianças e nem sempre o agressor é punido. Nesta circunstância, se a criança não for retirada de seu lar, pode ter seu desenvolvimento comprometido.

Em muitas situações, de acordo com Leal (1999), dependendo da gravidade do trauma, a criança passa uma borracha na memória e esquece-se do assunto por anos, ou até mesmo pela vida inteira. É como se carregasse um buraco dentro de si. Apesar de não incomodar, muitas vezes a vítima sente que existe algo que a perturba, atrapalha suas relações, mas não sabe identificar o que é. Ou seja, fica faltando um pouco da sua história, que por trazer tanta dor, permanece escondido nos subterrâneos da memória. O que é tenebroso nisso tudo é que existe uma possibilidade de que a criança abusada se torne um abusador no futuro.

### *2.2.1.1 Caracterização do abuso sexual em crianças e adolescentes*

Para a criança que sofre abuso sexual é muito difícil procurar ajuda, pois, muitas vezes pensa que ninguém lhe dará crédito, que será ela a causa da discórdia familiar, guardando sua história particular solitariamente por longos anos, até chegar à puberdade, quando novas condições possibilitam a revelação.

Furniss (1993), quando se refere às famílias em que ocorre abuso sexual, aponta o rompimento das fronteiras intergeracionais na dinâmica familiar. A criança é colocada no lugar de parceiro pseudoigual no relacionamento sexual e os papéis familiares passam a ser vivenciado de forma confusa, descaracterizando a família como lugar de crescimento, confiança e de apoio.

Quando a criança não é assistida, fica sozinha e abandonada à própria sorte e às suas possibilidades, com a formação de sua personalidade comprometida, especialmente quando as figuras parentais, que poderiam ser os pilares, a sua base sólida de sustentação, são perversamente introjetadas e, de dentro, passam a dominar as suas ações psíquicas.

O que se observa na literatura existente é a concordância entre os especialistas em reconhecer que a criança vítima de abuso e de violência sexual corre o risco de uma psicopatologia grave, que perturba a sua evolução psicológica, afetiva e sexual.

As consequências psíquicas para as crianças que sofrem abuso são profundas, pois, envolve violência, sedução e quebra universal de valores que possibilitam a constituição de um aparelho psíquico que possa lidar com as emoções funcionais e com a realidade de forma adequada e eficaz.

Entre os vários comprometimentos que ocorrem a uma criança que foi abusada, é importante verificar a relação da violência na formação da autoestima, e compreender como o

sentido de adolescente em relação a si está relacionado ou pode estar afetado, por experiências violentas, vividas em casa ou fora dela. Destaca-se ainda o papel da autoestima como fator de proteção e promoção da saúde. Autoestima, portanto, é para Coopersmith *apud* Habigzang et al (2012, p.81), “a avaliação que o indivíduo faz e comumente mantém em relação si mesmo: expressa uma atitude de aprovação ou desaprovação, e indica a extensão que o indivíduo acredita ser capaz, significativa, com sucesso e valioso”.

Baldwin e Hoffmann *apud* Habigzang et al (2012) afirmam que a autoestima se dá por um processo dinâmico e contínuo, sendo estabelecida e estruturada desde a infância. Essa ideia é importante porque abre brechas para a intervenção.

Existem ainda outros fatores da violência relacionados à autoestima: as interações na família, na escola, com os amigos e na comunidade são determinantes na formação da autoestima. Neste amplo cenário social, as normas sociais também têm um papel de peso, já que são a partir delas que a pessoa avalia seu comportamento e suas experiências. A autoestima tem grande contribuição das relações de sucesso e de fracasso. Desse modo, o processo de aquisição da autoestima tem grande contribuição das relações de poder com os grupos da sociedade (CALLERO, 2003).

De forma geral, os fatores determinantes para o desenvolvimento da autoestima são: a percepção do valor que os outros atribuem à pessoa, expresso em afeto, elogios, atenção; a experiência com sucesso ou fracasso; a definição de sucesso e fracasso; e a forma de reagir às críticas. Nesse sentido, as experiências familiares e sociais são modelos para as opiniões que a criança e o adolescente formam sobre si, o que embasa os valores atribuídos a si mesmo.

Quando essa experiência vem acompanhada de críticas excessivas, humilhações e deprecições, provavelmente a opinião e o valor que atribuirá a si serão coerentes com essas vivências negativas. É nesse cenário que a violência pode impactar a formação da autoestima, seja ela do tipo físico, psicológico ou sexual. A dominação de crianças e adolescentes, a ridicularização, a humilhação, a rejeição, a punição severa ou abuso sexual tende a resultar em baixa autoestima. A percepção de que suas famílias são conflituosas também tende a afetar a visão de negativa si mesmo.

### **2.2.2 Exploração sexual**

O fenômeno da exploração sexual - de crianças e adolescentes acontece em todo mundo e tem mobilizado diferentes setores da sociedade, no sentido de repensar formas de enfrentamento desta cruel forma de violação de direitos. Libório (2004) cita quatro formas de

exploração sexual (comercial, tráfico, turismo e pornografia) e que estão inter-relacionadas, e se influenciam mutuamente, formando às vezes, um círculo vicioso difícil de ser quebrado, no qual o tráfico para propostas sexuais pode ter como consequência a prostituição, geralmente relacionadas com a produção de material pornográfico.

De acordo com o Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da Bahia (CEDECA-BA, 2002), é preciso pensar sobre o fenômeno com o qual se está trabalhando: a exploração sexual, que é uma forma de violência sexual, e neste texto é abordado a partir da perspectiva que considera esse fenômeno como uma violação dos direitos humanos de crianças e adolescentes, direitos que estão descritos na Constituição Federal (1988), na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei 8.742, de 07/12/93) e no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei 8.069 de 13/07/1990): direito à saúde, à convivência familiar e comunitária, à cultura e à educação e ao desenvolvimento biopsicossocial.

A exploração sexual comercial é uma forma de violência que fere a integridade sexual de pessoas que, por sua condição peculiar, particular, seu estágio de desenvolvimento físico, emocional, afetivo e sexual, não estão preparadas para intercursos sexuais e trocas afetivo-sexuais. Para Faleiros, todas as formas de violência sexual podem ser consideradas abusivas e violentas; trata-se de uma situação em que o adulto ultrapassa os limites, seja de “[...] direitos humanos, legais, de poder, de papéis, de regras sociais e familiares e de tabus, do nível de desenvolvimento da vítima, do que esta sabe, compreende, pode consentir e fazer.” (FALEIROS, 2000, p. 20).

Considera-se, também, violação aos direitos sexuais e humanos, pois, trata-se de relações estabelecidas com base na vontade e no desejo do adulto sobre a criança ou o adolescente, constituindo relações abusivas, permeadas pelo poder (econômico, geracional, de gênero, etc.). São, portanto, relações demarcadas pela assimetria.

No que se refere ao estigma da prostituição, a exploração sexual envolve crianças e adolescentes em cenas de comercialização das relações sexuais, geralmente com homens adultos, que lhes imprime uma marca associada à figura da “prostituta”, interferindo de maneira decisiva no processo de formação da identidade, especialmente no caso de sujeitos em desenvolvimento. O atendimento deve possibilitar uma reflexão sobre essa vivência e como ela afeta a identidade do sujeito atendido.

A abordagem sobre identidade é fundamental, pois, todas as pessoas são constituídas por uma identidade pessoal (a forma como ela se percebe) e por uma identidade social (aquilo que a sociedade lhe atribui a partir de nossa inserção em determinada posição ou status social). As crianças e adolescentes envolvidas em situação de exploração sexual,

especialmente na modalidade de tráfico para fins sexuais, pelo fato de ainda se encontrarem em processo de desenvolvimento, não conseguem distinguir bem entre a identidade pessoal e a social. O exercício da sexualidade pautado pela violência afeta diretamente a construção dessa identidade.

No caso do estigma da prostituição<sup>1</sup> (aquilo que a sociedade lhes atribui) acaba sendo confundido com sua identidade pessoal e assim, reduzindo a sua autopercepção apenas aquilo que fazem e como são enxergados pela sociedade. Partindo dos aspectos intelectual e emocional, chega-se à construção conceitual de que as meninas exploradas são excluídas dos valores sociais e culturais, de acordo com Vaz (1994). Não são, portanto, prostitutas, mas prostituídas.

Alguns autores consideram que a vivência de estigmatização constante pode se configurar como um dos aspectos que possibilitam a manutenção do menino/menina na situação de exploração sexual por inviabilizar outras formas de inserção social. Além disso, esse aspecto se constitui numa das grandes dificuldades apresentadas no desenvolvimento de metodologias de atendimento psicossocial.

Ainda sobre o perfil do público, é importante reafirmar que o tráfico para fins de exploração sexual é um fenômeno processual e multidimensional, que afeta física, emocional e sexualmente, crianças e adolescentes que já vivenciavam um processo contínuo de violência, violação de direitos e vulnerabilização, interferindo assim na sua subjetividade.

De acordo com González Rey (2003), a subjetividade pode ser definida, "como a organização dos processos de sentido e significação que aparecem e se organizam de diferentes formas e em diferentes níveis do sujeito e na personalidade, assim como nos diferentes espaços sociais em que o sujeito atua" (p.108). Seria o espaço de encontro do indivíduo com o mundo social, resultando tanto em marcas singulares na formação do indivíduo quanto na construção de crenças e valores compartilhados na dimensão cultural que vão constituir a experiência histórica e coletiva dos grupos e populações.

Ferrari (2002) sugere a necessidade de educação sexual que leve a sociedade a discutir de modo permanente a construção histórica-sociocultural da sexualidade, quando aspectos como desenvolvimento da autonomia, participação e produção de alternativas concretas possam ser enfocadas.

A exploração se dá conforme a seguinte classificação:

---

<sup>1</sup> Prostituição entendida como troca de favores sexuais por dinheiro numa determinada estrutura e organização social; relação sexual entre pessoas em que o vínculo determinante não é o afeto ou o desejo recíproco, mas sim o ato de proporcionar prazer sexual em troca de dinheiro ou outros valores, materiais ou não. In: [www.wikipedia.org](http://www.wikipedia.org)

a) Exploração sexual comercial: trata-se de uma prática, que envolve troca de dinheiro com/ou favores entre usuário, um intermediário (agente, aliciador) e outro que obtém lucro com a compra e venda do uso do corpo das crianças e dos adolescentes, como se fossem mercadorias, através de meios coercitivos ou persuasivos (I Congresso Mundial Contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças, UNICEF, 1996).

Prostituição infantil: atividade nas quais atos sexuais são negociados em troca de pagamento, não apenas monetários. Pode incluir a satisfação de necessidades básicas, ou acesso ao consumo de bens e de serviços.

b) Turismo sexual - oferta de serviços sexuais de crianças e adolescentes a turistas, nacionais e estrangeiros; é o comércio sexual, em cidades turísticas, envolvendo turistas nacionais e estrangeiros.

c) Tráfico sexual – crime organizado de caráter transnacional que ocorre dentro ou através das fronteiras dos países. Forma moderna de escravidão, porque há uma venda da vítima, submetida a trabalhos forçados, à servidão, às práticas idênticas de escravidão.

Tráfico de criança para propósitos sexuais: movimento clandestino e ilícito de pessoas através de fronteiras nacionais, principalmente, dos países com economia em transição, para trabalhos domésticos. O trabalho doméstico também é de difícil identificação e combate, tendo em vista a economia que exige que pais deixem seus filhos sozinhos em casa cuidando dos irmãos e da casa e a cultura, que aceita como “natural” esta condição.

d) Pornografia: Produção, divulgação, distribuição, venda, compra, posse e utilização de material pornográfico.

Assim, o conceito que afirma que a exploração sexual implica em relação abusiva, nas quais o poder do adulto lhe dá condições de sobrepor sua vontade perante a necessidade e desejo da criança ou adolescente pode deixar marcas profundas, pois, cria-se em torno disso o estigma do preconceito e a criança/adolescente passa a ser vista e tratada de forma diferenciada.

É importante destacar a estreita articulação da pornografia infanto-juvenil com o tráfico de crianças e adolescentes para fins sexuais, bem como seu caráter pedófilo.

Essa forma diferenciada é, provavelmente, o grande estrago provocado, a marca que fica cravada na estrutura de desenvolvimento da criança/adolescente acarretando as tantas dificuldades com as quais terá que conviver para o resto da vida, originando aí a violência que se caracteriza no interior das relações interpessoais mais diretas, e podem ser de caráter intra e extrafamiliar, que responde diretamente pelo processo de vulnerabilização de mulheres,

crianças e adolescentes, expondo-os a contextos destituídos de proteção às suas necessidades mais elementares.

### *2.2.2.1 Exploração sexual e suas marcas*

As crianças e adolescentes têm sido alvo privilegiado de violências de toda ordem, de acordo com Santos e Sousa (2008). Sofrem as terríveis consequências de uma sociedade adultocêntrica fundada no poder (assimétrico) e na autoridade absoluta do adulto sobre a criança (AZEVEDO e GUERRA, 1995). São relações entre gerações diferentes, em termos etários, estabelecidas na forma de dominação-exploração, com adultos que se aproveitam da condição da criança - ser em desenvolvimento - para violentá-la em seus direitos fundamentais.

A criança, como escrevem essas autoras e Santos (1996), é uma 'descoberta' recente da sociedade. De acordo com Calligaris (2000, p. 224), "desde que o Ocidente inventou a infância, nossa ternura privilegiada pelos pequenos parece natural". É, portanto, uma descoberta dos tempos modernos. O século XX foi considerado o 'século da criança'. Ela passou a ter valor para a humanidade e deixou de ser considerado apenas um projeto de adulto (um ser em miniatura), para ser uma pessoa que tem necessidades específicas e está em desenvolvimento.

A concepção moderna de infância só se firmou no Brasil, em termos legais, com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente em julho de 1990. De acordo com Santos (1996), a época atual - início do século XXI, mesmo com todos os avanços, vivemos um mundo ainda centrado no adulto, onde os pais continuam a ter um domínio absoluto sobre os filhos e, em milhares de casos, a educação, os valores, as normas e as regras de boa convivência são transmitidos com extrema violência.

Além dessa configuração de relações, outro tópico que merece destaque é a valorização, dentro da nossa cultura dos relacionamentos afetivo-sexuais de pessoas novas: "iniciantes", "ninfetas" e, de preferência, virgens, com homens mais velhos. Segundo Saffioti (1997), o que deve ser considerado aqui é a assimetria nas relações, questão que é fundamentalmente intergeracional: a profunda diferença etária entre as adolescentes e seus possíveis "clientes".

No Brasil, em 1999, essa "cultura" foi alvo de uma grande mobilização, com a criação da CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito - que passou a investigar com maior afinco os

casos de prostituição infanto-juvenil. Assim, começava-se um movimento de chamar mais atenção sobre essa prática que é mais comum do que se possa imaginar.

Nesse percurso, verificando-se a amplitude do problema da exploração sexual, nos deparamos com várias modalidades de abuso, como: prostituição infantil, tráfico e venda de crianças para propósitos sexuais, pornografia infantil e turismo sexual. Essas quatro modalidades encontram-se inter-relacionadas e influenciam-se mutuamente, formando um círculo vicioso difícil de ser quebrado.

Segundo Rodrigues (2013), uma série de riscos se apresenta na vida de crianças e adolescentes expostos à exploração sexual. No entanto, estes riscos não aparecem apenas após o envolvimento concreto com a exploração, pois, aspectos estruturais, familiares, sociais e pessoais podem anteceder esta concretização nas suas vidas, ou seja, crescer em uma família na qual o abuso sexual é corrente, ou há presença de diversos fatores de risco, como empobrecimento, violência doméstica, física, psicológica, negligência (em todos os seus aspectos, inclusive emocional), uso e abuso de álcool e outras drogas, prostituição, desemprego, dentre outros.

Os fatores de risco são, portanto, aspectos pessoais, ambientais ou culturais, que atuam como obstáculo ao desenvolvimento em nível individual ou social e que potencializam a vulnerabilidade das pessoas, especialmente crianças e adolescentes. De acordo com Duarte (2009), elementos culturais presentes em determinadas comunidades são, normalmente, mais relevantes no momento de identificar a vulnerabilidade de determinados grupos do que a falta de recursos materiais que possam envolvê-los.

A obra “Exploração sexual comercial de meninos, meninas e adolescentes na América Latina e Caribe” (relatório final – Brasil) sugere o estudo de dimensões que contribuem para a ocorrência do fenômeno, segundo Leal (1999), categorizando-as da seguinte forma:

- Históricos-Estruturais (Capitalismo/Globalização): pobreza, trabalho, exclusão, mercado, classe social;
- Culturais (Multiculturais): gênero, etnia, violência, sexualidade;
- Psicossociais (Comportamento): identidade / representação, estigma, vínculo;
- Legal: repressão, responsabilização, legislação (mecanismos);
- Valores (Ética): sociedade capitalista (reprodução social), imaginário (cultura/mídia);

– Política (políticas públicas): Estado (direito/liberal), sociedade civil (ONG's/Redes/Comissões), democracia (direitos civis, políticos), cidadania (Representação / Participação).

Assim, a exploração sexual de crianças e adolescentes envolve, normalmente, aspectos culturais, psicossociais, econômicos e políticos, apresentando raízes nas relações sociais de classe, gênero e raça/etnia, o que possibilita concluir, com o respaldo de Castanha (2008, p. 130), “ser a violência sexual um fenômeno social, multifacetado e de enfrentamento complexo, pois, demanda análise profunda das variáveis que o compõem”.

Crianças e adolescentes vítimas de violência podem apresentar desde dificuldade de concentração, sentimento de medo, desamparo, choro frequente, embotamento afetivo, irritabilidade, pesadelos, comportamento sexualizado, isolamento social, queixas psicossomáticas até quadros psicopatológicos severos, como estresse pós-traumático, dissociação, transtorno do humor, dificuldade de aprendizagem, transtorno alimentar, enurese e encoprese, considerados com mais prevalentes.

Pesquisas indicam alta prevalência de comorbidade psiquiátrica em casos de TEP na infância, entre eles ansiedade de separação, transtorno de ansiedade generalizada, psicose, ideação suicida, transtorno de humor e sintomas de dissociação, bem como alta prevalência de depressão.

Sendo um período de intensas, rápidas e profundas transformações, é natural supor e esperar que as expectativas e as cobranças tanto internas (desejos e sonhos de realizações nas diversas esferas existenciais), quanto externas (de integrar-se de forma produtiva no mundo adulto, de responder positivamente aos valores e de assumir um conjunto de comportamentos estandardizados), se não correspondidas, gerem estados emocionais que, em muitos casos, propiciem a busca, com fuga da realidade, de força, de energia, de realização pessoal, através de alguma substância química ou uma droga legal ou ilegal (SANTOS e SOUZA, 2008).

Osório (1998) e Esslinger (1999) indicam que são inúmeras as motivações dos adolescentes e jovens para lançar mão das drogas e estas podem ter relação com a angústia e o vazio existencial, com o desejo de romper limites físicos e psicológicos, a simples curiosidade, o desejo de aventura, de enfrentar situações adversas e estressantes, de enfrentar situações de violência e de abandono afetivo especialmente nas relações familiares, de superar a timidez nos relacionamentos interpessoais, dificuldades de lidar com frustrações, por trazer um sentimento de conforto e bem-estar ainda que passageiro, uma sensação de que tudo pode, afirmação perante um grupo de amigos, para fugir ao controle dos pais ou de uma sociedade de valores burgueses e por manipulação dos interesses perversos de traficantes.

As drogas, mesmo não sendo um fator que tenha levado as adolescentes a se prostituírem, de acordo com Vaz (1997) e Gomes (1996), é um dos fatores determinantes para a ocorrência da sua exploração sexual comercial e parece ser importante considerar, com base nos depoimentos de aliciadores, de familiares e das adolescentes, que o ambiente e os espaços vinculados com a prática da exploração sexual têm forte presença de drogas lícitas e ilícitas que, assim, têm contribuído para a continuidade da exploração.

Segundo Paiva (1996), de modo geral, a prostituição no Brasil é sempre acompanhada pelo consumo de drogas: ou as crianças e adolescentes se prostituem para conseguirem manter seu vício ou usam a droga para suportar a violência e a degradação humana que são inerentes à prostituição.

### **2.2.3 Promoção dos direitos sexuais**

O período da infância/adolescência é diretamente marcado por influências vivenciadas pelas crianças no ambiente familiar. Todavia, sabe-se que a infância transcorre sem que se cuide ou observe essa grande influência. E, o que é mais grave ainda, é que o sentimento de infância como uma etapa da vida diferenciada e marcadora de atenção, proteção, cuidados, é um sentimento recente. Por outro lado, ao longo da história da humanidade o abuso na infância e adolescência sempre existiu segundo Marin e Del Priore (*apud* DELGADO, 2013).

Assim, pode-se observar uma diversidade cultural com visões diferenciadas sobre a infância e adolescência, de acordo com esses autores. No Egito, afogavam-se no Nilo, jovens para que o rio transbordasse. Na Grécia mandava-se matar os cidadãos que não poderiam ser robustos. Em Atenas, o pai era dono absoluto do filho. Em Esparta, os recém-nascidos eram submetidos ao juízo da Assembleia de Anciãos. Quando considerados úteis, a Assembleia poupava a sua vida. Caso contrário, eram jogados em abismos, para servir de alimento às feras. Na China, a matança quase chega aos nossos dias, quando ao anoitecer as meninas eram levadas às portas da cidade para saciar os lobos famintos. Enfim, somente em alguns povos pagãos iniciou-se um movimento de piedade pelas crianças, porém, a verdadeira obra de redenção se deve ao Cristianismo.

Em 1924 e em 1952, aconteceram duas reuniões internacionais em Genebra e Viena respectivamente, visando à garantia do bem-estar da criança. Em 1959, a Assembleia Geral da ONU aprovou e proclamou a Declaração dos Direitos da Criança, no dia 20 de dezembro. Em 13 de julho de 1990 foi promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Segundo Silva (2002) três entre dez crianças de zero a doze anos sofrem, diariamente, algum tipo de maus-tratos dentro da própria casa, perpetrado por pais, padrasto ou parentes. Violência que muitas vezes não é identificada nem por quem está próximo, tampouco pelos profissionais que têm contato com a criança.

Assim, entender a violência intrafamiliar implica ter uma compreensão histórico-psicossocial do indivíduo e da família. Em outras palavras, como ocorrem as interações pai/mãe/filhos e a forma de relacionamento interpessoal familiar. Implica também perceber que a violência não é um fenômeno natural com o qual alguns, mas, ao contrário, construída e transmitida às novas gerações. Neste caso, se a violência é construída histórica, psicológica e socialmente, é impossível apontar uma única causa.

O impacto do abuso sexual está relacionado a fatores intrínsecos à criança, tais como características pessoais, história de vida, temperamento e a presença de fatores de risco e de proteção extrínsecos a criança, tais como: recursos sociais, funcionamento familiar, recursos emocionais dos cuidadores e recursos financeiros, incluindo acesso ao tratamento.

Além disso, os diferentes efeitos do abuso sexual nas crianças e adolescentes podem ser compreendidos pelos seguintes fatores: idade da criança na época do abuso sexual; duração e frequência; grau de violência ou ameaça, diferença de idade da pessoa que cometeu o ato; proximidade entre o abusador e a vítima, ausência de figuras parentais protetoras e o grau de segredo e de ameaças contra a criança; reação dos outros; dissolução da família depois da revelação; criança se responsabilizando pela interação sexual; perpetrador negando que o abuso aconteceu, um agravante para o desenvolvimento de reações negativas de abuso sexual. Esse tipo de violência pode afetar todos os aspectos da vida como, por exemplo, os aspectos psicológico, físico, comportamental, acadêmico, sexual e interpessoal (DAY et al., 2003).

As sequelas psicológicas incluem, além das já mencionadas anteriormente: baixa autoestima até desordens psíquicas severas, depressão, vergonha, culpa, ansiedade e estresse pós-traumático. Além disso, também podem ser observados sintomas de déficit de atenção, hipervigilância e distúrbio de aprendizagem. Dificuldade de relacionamento com colegas, comportamento suicida e criminoso, comportamento sexual indiscriminado, também são possíveis de ser observados.

A criança abusada perde a autoconfiança e se torna desconfiada em relação aos outros, o que contribui para sua dificuldade de relacionamento com os pares (KAPLAN, 1997). A violação de direitos sexuais é uma realidade. O direito sexual, de acordo com a BEMFAM é um dos elementos fundamentais dos direitos humanos: saúde sexual deve ser um direito

humano básico (BRASIL, 2013). Para assegurar que os seres humanos e a sociedade desenvolva uma sexualidade saudável, os direitos sexuais<sup>2</sup> devem ser reconhecidos, promovidos, respeitados e defendidos por todas as sociedades de todas as maneiras. Saúde sexual é o resultado de um ambiente que reconhece, respeita e exercita estes direitos sexuais.

#### **2.2.4 Abrigo como instituição promotora de proteção às adolescentes que sofreram violência sexual**

Na sequência do pensamento em relação à proteção e promoção dos direitos sexuais dos adolescentes, ocorrem movimentos sociais locais e nacionais que se juntam à vontade e aos desejos desses segmentos sociais que sentem ser urgente reforçar as estratégias de proteção aos adolescentes.

Portanto, vale considerar a importância de contextualizar a história dos abrigos como instituições, significando recursos na luta a favor da dignidade de seres indefesos, as crianças desprovidas de assistência de quem deveria cuidar e acabem vivendo a mercê da própria sorte. Essa instituição de proteção aponta, por intermédio de seu contexto histórico, o surgimento da assistência à criança.

É comum na história dos abrigos, deparar-se com situações de tragédias e também com centelhas luminosas que apontam para a cidadania. Assim, a história do fazer cotidiano dos usuários dos abrigos evidencia tanto a particular ambiguidade social quanto o movimento inovador sempre pronto a emergir das entranhas da sociedade. Souza Neto (2001, p. 91) aborda que “os abrigos percorrem a história, como um mecanismo de apoio à criança órfã abandonada”.

No século XIV o paradigma dominante concebia a assistência social como uma prática antieducativa, geradora de ociosidade, e seus usuários como párias da sociedade. A crença comum era de que a existência de pobres se devia à própria assistência, cujo fim significaria o término da miséria. Essa concepção acabava por incriminar não apenas o pobre, mas também aqueles que o ajudavam. A legislação social desse período, que Marx chamava de sanguinária, subtraía ao pobre os direitos de ir, vir e estar, e os considerava um objeto, sem desejo, sem vontade (SOUZA NETO, 2001).

---

<sup>2</sup> Elaborada durante o XV Congresso Mundial de Sexologia, ocorrido em Hong Kong (China), entre 23 e 27 de agosto 2000, quando a Assembléia Geral da WAS – World Association for Sexology, aprovou as emendas para a Declaração de Direitos Sexuais, decidida em Valência, no XIII Congresso Mundial de Sexologia, em 1997 (BRASIL, 2013).

Foi com os jesuítas que os primeiros trabalhos voltados à criança no Brasil foram realizados, como a casa do Muchacho, em São Paulo e a Confraria do Menino Jesus, em Salvador. O principal interesse dos jesuítas era demarcar a passagem do paganismo ao cristianismo, que se consumava através do batismo. Os jesuítas acreditavam que a criança indígena era um ser sem desejo e vontade, como os animais, e que recebia uma alma pelo batismo.

Nesse contexto, surge no Brasil, as Santas Casas de Misericórdia para amenizar o sofrimento dos enjeitados. Desde o período colonial, existem práticas bem-sucedidas de atendimento à criança, promovido pelos jesuítas, as Irmãs do Imaculado Coração de Maria, a Casa da Caridade, as Associações Católicas, os bispos reformadores, e os religiosos salesianos, cujos orfanatos visavam à educação dos órfãos e a fazer deles bons operários e cidadãos. Essa era a clientela e os objetivos que almejaram alcançar.

Em 1988, com a promulgação da Constituição Brasileira e do ECA, em 1990 inicia-se o processo de passagem desse modelo de assistência e surge um novo conceito de abrigo que se caracteriza pela garantia de atendimento personalizado e de respeito à identidade do usuário, com instalações físicas adequadas, salubridade, segurança, educação e cuidados médicos e psicológicos.

O espírito do ECA entende o abrigo como um espaço de acolhimento, não de segregação, em que se deve facilitar o convívio da criança com a comunidade, pois, é a inserção comunitária que prevalece. “O abrigo é o lar coletivo, de pequenas dimensões, onde o abrigado não está privado de liberdade” (SÊDA, 1992, p. 94).

Na realidade da criança e do adolescente empobrecidos, de acordo com esse autor, surgem, no mundo hodierno, os juízes da infância e da juventude, os procuradores da justiça, os educadores, os assistentes sociais, os líderes comunitários, as damas de caridade, uma rede de pessoas que podem viver de sua tragédia. Entretanto, no contexto de miserabilidade em que sobrevivem as crianças e os adolescentes pobres, vislumbram-se sinais de vida que, a qualquer momento, podem materializar-se em políticas sociais que os coloquem no circuito da cidadania.

Os projetos sociais, de acordo com esse autor, nascem a partir das exigências do cotidiano, em que se experimentam a manifestação da vida, dos sentimentos, das paixões, e no qual a necessidade de relacionamento com o outro produz o autoconhecimento. A solidariedade no cotidiano permite aos desprovidos dos direitos de cidadania, começar a caminhar com as próprias pernas, logo que deva sua existência si mesmo.

Estudar o cotidiano das instituições assistenciais e de seus usuários abre fendas para uma ultrapassagem das concepções maniqueístas. Essas experiências podem contribuir, no sistema excludente em que vivemos para uma perspectiva de inclusão. O que se deseja demonstrar é que longe de ser inerte, o cotidiano é dotado de um movimento que escapa à razão técnica. A heterogeneidade e a complexidade do cotidiano conferem ao indivíduo certa autonomia para tramar sua história e a de seus companheiros, ao encontro de novos caminhos.

Apesar da visão predominantemente religiosa que perpassa as entidades, elas conseguem ver nas crianças e adolescentes um conjunto de potencialidades que necessitam de condições objetivas para se desenvolverem. “Cuidar de crianças e adolescentes é ter consciência de que o sujeito, apesar de autônomo, depende em certa medida do mundo exterior, dos grupos, da sociedade e do ecossistema” (SOUZA NETO, 2001, p. 113).

O abrigo, segundo esse autor, deseja ser um espaço em que a criança e o adolescente possam concretizar seus desejos e sonhos, fazer a travessia de uma realidade de mal-estar para o bem-estar social e administrar a relação entre o interno e o externo, tendo em vista que o sujeito, a partir do ego, dispõe de mecanismos para incluir o que é prazeroso e desprezar o que é ameaçador, fugindo e se isolando do que não é agradável.

A instituição quer subsidiar o indivíduo para compreender sua história e estabelecer um distanciamento entre suas experiências internas e externas, capacitá-lo para distinguir os fracassos da sociedade dos seus próprios fracassos e aprender a valorizar as pequenas vitórias de cada dia, pelas quais se faz o crescimento humano.

A entidade procura ajudar o educando a encontrar subsídios de um projeto pessoal fundado na ética da vida, para enfrentar uma sociedade cuja racionalidade tende a transformar o sujeito, rico de subjetividade, em sujeito de burocracias. Por isso, os conteúdos pedagógicos, nessas instituições, devem ser construídos a partir da própria realidade das crianças e adolescentes.

A formação do sujeito requer um diálogo permanente, base da cidadania e que difere de um trabalho assistencialista; acolher crianças e adolescentes pode até ser uma prática assistencial, mas o que vai importar, na prática, é ajudar e ser ajudado, criando experiências de partilha, solidariedade e fraternidade, de ser auto-organizador, criativo e responsável por seus atos (SOUZA NETO, 2011).

A visão que Fromer (In FERRARI, 2002) enfatiza acerca dos abrigos perpassa por uma questão que nos leva a refletir sobre vários pontos, como: o encaminhamento de crianças, a existência de uma rede de acolhimento, os diversos serviços que devem existir e fala ainda

do abrigo como uma alternativa de salvaguardar a integridade física e psíquica da criança ou adolescente.

O abrigamento de uma criança ou adolescente que concretiza sua retirada da família e, em muitos casos, também retiradas de outros grupos de convivência – a família extensa, a escola, a comunidade – é uma decisão que, embora em última instância seja do Poder Judiciário, implica em muitas problematizações, conforme se observa adiante (FERRARI, 2002).

Essa autora faz referência ao mito de que “a família é sempre o melhor lugar para criança ou adolescente ficar” (p.312). A gravidade dos prejuízos de muitas crianças e adolescentes vítimas de violência intrafamiliar acaba demonstrando que isto é, de fato, um mito.

Devem-se considerar os dados de muitas pesquisas a respeito desse tipo de serviço para verificar a veracidade dessas afirmativas. É necessário superar a ideia de que o abrigo pode surgir como primeira alternativa de encaminhamento; é só para crianças e adolescentes pobres. Aqui não se busca a retirada da criança ou adolescente do ambiente de pobreza, mas salvaguardar sua condição de maltratada.

## **CAPÍTULO 3**

### **3 OPÇÃO METODOLÓGICA**

#### **3.1 TIPO DE PESQUISA**

A partir dos anos 70 houve um considerável crescimento de interesse na chamada pesquisa qualitativa ou interpretativa, baseada em métodos associados às ciências sociais. Na pesquisa qualitativa, o pesquisador procura reduzir a distância entre teoria e dados, entre o contexto e ação, usando a lógica da análise fenomenológica. Isto é, da compreensão dos fenômenos pela sua descrição e interpretação. As experiências pessoais do pesquisador são elementos importantes na análise e compreensão dos fenômenos estudados.

É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Para Minayo (2011), nada pode ser intelectualmente um problema se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema de vida prática. As questões de investigação estão, portanto, relacionadas a interesses e circunstâncias socialmente condicionadas.

Na pesquisa qualitativa, o social é visto como um mundo de significados possíveis de investigação e a linguagem dos autores sociais e suas práticas, as matérias-primas dessa abordagem. É o nível dos significados, motivos, aspirações, crenças e valores que se expressa pela linguagem comum e na vida cotidiana, o objeto da abordagem qualitativa.

Nesta pesquisa, de cunho qualitativo e de abordagem exploratória, onde a fenomenologia e a dialética amparam essa abordagem, procuramos entender os significados da sexualidade, violência sexual e formas de enfrentamento à violência sexual, atribuídos por crianças e adolescentes estudantes vítimas.

Geralmente, a abordagem exploratória ocorre em duas situações distintas: quando o pesquisador está interessado em testar aspectos operacionais de uma pesquisa quantitativa, como por exemplo, o teste-piloto de um questionário; ou quando seu objetivo é estimular o próprio pensamento científico, por meio da concepção mais arraigada de um problema e da geração de novas ideias ou hipóteses a serem testadas em pesquisas futuras (CALDER *apud*

DIAS, 2013). Esta última é o que estamos realizando: buscando aprofundar a temática da violência sexual.

Enquanto técnica de coleta usou-se o grupo focal. Para Caplan (1990), os grupos focais são pequenos grupos de pessoas reunidas para avaliar conceitos ou identificar problemas. Na concepção de Vaughn et al. (1996), a entrevista de grupo focal é uma técnica qualitativa que pode ser usada sozinha ou com outras técnicas qualitativas ou quantitativas para aprofundar o conhecimento das necessidades de usuários e clientes.

O objetivo central do grupo focal é identificar percepções, sentimentos, atitudes e ideias dos participantes a respeito de um determinado assunto, produto ou atividade. Seus objetivos específicos variam de acordo com a abordagem de pesquisa. Em pesquisas exploratórias, seu propósito é gerar novas ideias ou hipóteses e estimular o pensamento do pesquisador.

De acordo com Johnson (1994), os usuários dessa técnica partem do pressuposto de que a energia gerada pelo grupo resulta em maior diversidade e profundidade de respostas, isto é, o esforço combinado do grupo produz mais informações e com maior riqueza de detalhes do que o somatório das respostas individuais. Resumindo, a sinergia entre os participantes leva a resultados que ultrapassam a soma das partes individuais.

A discussão ocorre durante aproximadamente duas horas, sendo conduzida por um moderador que utiliza dinâmicas de grupo a fim de compreender os sentimentos expressos pelos participantes. Sob o ponto de vista do participante, a reunião é completamente flexível e não estruturada, dando margem à discussão sobre qualquer assunto. Entretanto, sob a perspectiva do moderador, a técnica não é tão flexível assim. Antes da reunião propriamente dita, há um planejamento sobre o que deve ser discutido e quais são os objetivos específicos da pesquisa. Em geral, o moderador atua no grupo de maneira a redirecionar a discussão, caso haja dispersão ou desvio do tema pesquisado, sem, no entanto, interromper bruscamente a interação entre os participantes.

Caplan (1990) sugere uma progressão natural dos assuntos, partindo de tópicos mais gerais até chegar ao foco específico da pesquisa. Se a pesquisa tiver mais de um objetivo, é conveniente subdividir a discussão em reuniões distintas, uma para cada objetivo específico, visando a maior ordenação de ideias. O moderador tem a difícil tarefa de conduzir a reunião de forma a ultrapassar o nível superficial e defensivo, normal em qualquer interação entre pessoas desconhecidas, com intuito de alcançar o lado autêntico de cada participante.

A dinâmica e a interação do grupo torna-se parte integrante da técnica, pois, os participantes, engajados na discussão, dirigem seus comentários aos outros participantes, ao

invés de interagirem apenas com o moderador. Caterall e Maclaran (1997) consideram a interação do grupo como algo produtivo que amplia o espectro de respostas, ativando detalhes de experiências esquecidas e desinibindo os participantes.

Frente à quantidade de informações trocadas nesse tipo de reunião, o moderador pode ser auxiliado por um anotador ou pela gravação da sessão em áudio e/ou vídeo, desde que os participantes assim o permitam.

No dizer de Gatti (2005, p. 9), ao se fazer uso da técnica do Grupo Focal, “há interesse não somente no que as pessoas pensam e expressam, mas também em como elas pensam e por que pensam”. Daí, a importância de utilizar essa técnica na pesquisa. Sendo os sujeitos artífices da história, sofrendo influência do meio social, mister se faz desvelar este “como” e o “porquê” pensam, na busca de novas compreensões, de novo “olhar” no caleidoscópio da ciência, que apresenta para nós sempre novas possibilidades e até mesmo com surpresas.

Como instrumento colaborador na coleta de dados e no auxílio ao grupo focal, foi utilizada a observação participante, tendo em vista os diversos contatos, além dos realizados nos grupos, e a riqueza de informações daí advindas.

A observação participante consiste na participação real do pesquisador na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada. O observador assume, pelo menos até certo ponto, o papel de membro do grupo. Daí se dizer que por meio da observação participante se pode chegar ao conhecimento da vida de um grupo a partir do interior dele mesmo (THIOLLENT, 2000).

Dentre as vantagens que esta apresenta, pode-se mencionar que, facilita o rápido acesso a dados sobre situações habituais em que os membros das comunidades se encontram envolvidos; possibilita o acesso a dados que a comunidade ou grupo considera de domínio privado; e possibilita captar as palavras de esclarecimento que acompanham o comportamento dos observados.

### **3.2 CONTEXTO DA PESQUISA**

O local da coleta de dados foi o Abrigo-Escola Casa Mamãe Margarida localizada no Bairro São José, zona leste da cidade de Manaus, Amazonas. Esta instituição é o único local existente em Manaus onde são abrigadas meninas com idade entre 8 e 18 anos incompletos, vítimas de violência de toda ordem, principalmente violência sexual. De caráter filantrópico, conta com apoio financeiro de órgãos governamentais, da sociedade civil, de parcerias com programas e empresas comprometidas com a causa.

A motivação para a escolha deste local deu-se em virtude da experiência da pesquisadora com trabalhos de atendimento psicológico na citada instituição, por um período de 03 anos, durante os quais pôde constatar que essas crianças e adolescentes vítimas de violência possuem um conceito diferente de violência. Essa percepção foi o que instigou o desejo da referida investigação, pois, é fato, o desejo em saber até que ponto essa forma de percepção da violência pode influenciar na formação da sua personalidade.

Atualmente, o abrigo conta com 28 crianças e adolescentes abrigadas e presta assistência para mais 200, que são atendidas na educação formal e em atividades extracurriculares no contraturno da escola. Permanecem na escola durante o dia e recebem três refeições diárias. As atividades extracurriculares incluem cursos profissionalizantes como: informática, artes, músicas, artesanato, etc.

As abrigadas permanecem pelo tempo necessário na instituição, até que tenha sua segurança reestabelecida. O processo de ressocialização da abrigada inclui a participação da família, através de visita domiciliar, reuniões de pais e outros procedimentos, até que possam ser reintegradas à família de origem ou de familiares que se comprometem com os cuidados necessários. Também podem ser encaminhadas para adoção e/ou após a maioridade, ser inserida no mercado de trabalho e formar sua própria família.

Essa entidade filantrópica, idealizada e mantida pela congregação Salesianas, conta hoje com 25 anos de existência, e possui um corpo técnico distribuído da seguinte forma: diretoria geral (irmã Salesiana) duas assistentes de diretoria, duas coordenadoras de atividades; corpo técnico-pedagógico: gestor escolar, assistentes, professores de ensino (regular pertencentes à Secretaria de Educação do município), assistente social, pedagoga, psicólogas e instrutores de dança, teatro, música, informática, artes, educação física, artesanato, entre outras atividades.

O abrigo-escola possui na sua estrutura física dois locais: um formado de quartos coletivos, banheiro, cozinha, refeitório, área de convivência com aparelho de tv, lavanderia biblioteca, e sala de visitas; e o outro onde funcionam as salas de aula, o departamento administrativo, a coordenação pedagógica, serviço social, consultórios médico e de psicologia, sala para as atividades em grupo, auditório, cozinha e refeitório. Na área externa fica a quadra de esportes e área para atividades diversas.

### **3.3 SUJEITOS DA PESQUISA**

Foram contatadas doze adolescentes na faixa etária de 10 (dez) a 14 (quatorze) anos, sendo seis abrigadas e seis que estudam na escola e residem na comunidade onde a instituição está localizada.

Foi realizado o primeiro grupo focal com todas as adolescentes, quando se percebeu a necessidade de redução do número, para que se alcançasse o objetivo. As demais adolescentes não foram vítimas de violência sexual, e sim física. As demais etapas foram realizadas com 03 adolescentes abrigadas, na faixa etária de 12 anos, que sofreram violência sexual ou outro tipo de violência. Os critérios utilizados para a seleção foram a motivação para a participação e a colaboração nos grupos que foram estruturados de forma objetiva, para a coleta de dados. As participantes estão identificadas como A-1 (Adolescente 1), A-2 e A-3.

### **3.4 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS**

O projeto foi autorizado pela instituição e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFAM, e em seguida, solicitou-se a autorização da instituição. A escolha das participantes deu-se de forma aleatória, quando assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), tendo como responsável a direção. Esses procedimentos atendem ao estabelecido na Resolução 466, que estabelece critérios para a pesquisa com seres humanos do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2013).

Como procedimento de coleta de dados, adotou-se o grupo focal e a observação participante.

#### **3.4.1 Grupos focais**

Foram realizados quatro grupos, com objetivos distintos de: observação, seleção, entrevista e devolução. No primeiro grupo foram reunidas as doze interlocutoras, com o registro do discurso das participantes, onde se percebeu a dispersão e o pouco interesse das seis participantes que não residiam no abrigo, as quais foram temporariamente eliminadas<sup>3</sup>. O segundo grupo, com as abrigadas, apresentou melhor rendimento. Contudo as histórias eram muito semelhantes, e surgiu a necessidade de optar pelas adolescentes que apresentaram

---

<sup>3</sup> O termo temporário foi incluído, pois, no fechamento das atividades, após a coleta de dados nos grupos focais, as outras adolescentes compareceram para o fechamento e agradecimentos.

maior desenvoltura e que conseguiam verbalizar sua história de vida. No terceiro grupo, onde participaram as três adolescentes selecionadas e adiante identificadas como A-1, A-2 e A-03, realizaram-se os procedimentos para a realização do grupo focal.

No planejamento do grupo foi contemplada a equipe, o cronograma, o orçamento/material, o convite, o conteúdo, a seleção do local de coleta de dados, o grupo e a condução da sessão. Como estratégia de coleta foi elaborada um roteiro guia para a realização do Grupo Focal.

Equipe: A equipe de trabalho na realização do Grupo Focal foi composta da pesquisadora/psicóloga, no papel de Moderadora e uma acadêmica de psicologia, como auxiliar da pesquisa.

Grupo: A função do observador no grupo é registrar, o que se torna um fator indispensável para o enriquecimento das análises. Chianca *apud* Gatti (2005) recomenda que o observador divida o processo de observação em três etapas, a saber, e que foram seguidas: abertura, em que o observador se colocou de forma a registrar o mais fielmente possível todas as informações; o desenvolvimento, no qual o grupo começou a se posicionar frente ao tema a ser desenvolvido e; o fechamento, quando o grupo começou a formular uma síntese dos fenômenos ocorridos.

Quanto à função do moderador, foi dela a responsabilidade pelos encaminhamentos e direcionamentos necessários, bem como o incentivo na participação das participantes, para que se aprofundassem nas discussões, possibilitando a revelação de novos aspectos e novos olhares relativos ao tema.

Conteúdo: Em relação ao conteúdo foi elaborado um roteiro de entrevista contendo questões do tipo: introdutória, de transição, chave, final, resumo e de fechamento (em anexo).

Salienta-se que as perguntas norteadoras do grupo, ficaram sob o encargo da moderadora sua condução, auxiliando, desta forma, na progressão e no enriquecimento da reunião.

O ambiente e os recursos utilizados para a realização foi escolhida a sala de terapia da instituição. Para que esta técnica tenha êxito, é muito importante que se dê atenção ao ambiente onde ocorrerá a reunião do Grupo Focal. O local escolhido estava livre de barulho, de situações que permitissem a distração, confortável, agradável e de fácil acesso. As cadeiras foram dispostas em formato circular, possibilitando assim a visualização, pela moderadora e pelo observador, de todos os participantes, bem como de cada membro do grupo entre si.

A auxiliar/observadora permaneceu ao lado da moderadora, dentro do círculo, onde pode visualizar com maior facilidade e levantar-se em determinados momentos para anotações mais fiéis sem perturbar demasiadamente a pesquisa em questão.

Convite: Inicialmente, todas as alunas da escola eram potenciais participantes. Dessas, doze adolescentes foram convidados a participar das sessões. De acordo com Freitas e Oliveira (1998, p. 11) “esta lista deve levar em consideração os objetivos da pesquisa, a consideração das possíveis contribuições destas pessoas ao objetivo da pesquisa e as características das pessoas”. Consecutivamente, realizou-se o convite verbal, explicando o tema a ser abordado, o local, data e hora.

Cronograma: Dentro do cronograma estabelecido, não houve necessidade de realizar modificações de datas. As reuniões ocorreram num intervalo de trinta dias. Num primeiro momento foi realizado o Grupo de observação, seguido da seleção, focal e devolutiva.

### **3.4.2 Observação Participante**

Foi realizada também, como técnica de coleta de dados, a observação participante, que segundo Minayo (2011):

(...) pode ser considerada parte essencial do trabalho de campo na pesquisa qualitativa. Sua importância é de tal ordem que alguns estudiosos a consideram não apenas uma estratégia no conjunto da investigação das técnicas de pesquisa, mas como um método que, em si mesmo, permite a compreensão da realidade.

A observação é participante porque parte do princípio de que o pesquisador tem sempre um grau de interação com a situação estudada.

Foram realizadas anotações cursivas de movimentos, ações, comportamentos, falas, para posterior análise. Com isso, buscou-se de um lado, ter uma visão do conjunto e, de outro, apreender as particularidades do material, para possibilitar a estrutura e organização do conteúdo das informações e assim formalizar a interpretação das informações de forma a atender o objetivo da pesquisa.

A observação ocorreu nas dependências da escola/abrigo durante a realização das atividades rotineiras, bem como durante as atividades orientadas que aconteceram na sala de atividades da instituição.

As atividades orientadas envolveram a realização de dinâmicas de grupo e discussão da temática, durante a execução dos grupos focais.

O tempo de observação foi de quatro semanas, em dias alternados e em atividades diversas. As anotações foram feitas utilizando anotações no livro diário de pesquisa e adiante inseridas na apresentação e discussão dos dados.

### **3.5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS**

O exame analítico minucioso das informações ocorreu mediante a técnica de análise de conteúdo. Bardin (1977) afirma que a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas das comunicações, visando à obtenção, por procedimentos sistemáticos e objetivos, da descrição do conteúdo das mensagens, no tocante às condições de emissão e recepção de mensagens.

Minayo (2011), ao abordar a análise de conteúdo, do ponto de vista operacional, ressalta que ela parte de uma literatura de primeiro plano para atingir um nível mais aprofundado: aquele que ultrapassa os significados manifestos.

Berelson (1952), um dos pioneiros teóricos da análise de conteúdo, define-a como uma técnica de pesquisa para descrição objetiva, sistemática e qualitativa do conteúdo manifesto das comunicações e, tendo por fim, interpretá-los.

As fases técnico-metodológicas da análise de conteúdo propostas por Bardin (1977) podem ser sequenciadas em três pólos cronológicos: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados e interpretação. A descrição e o exame dos dados do grupo focal encontram-se adiante transcritos. Não serão expostos os dados dos outros grupos, pois, estes serviram de apoio e condução para a execução do grupo principal.

## **CAPÍTULO 4**

### **4 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS**

Este capítulo apresenta os dados colhidos junto às adolescentes durante a execução desta pesquisa, nos grupos focais, fazendo um paralelo com a observação participante e as informações contidas nos planos individuais de atendimento. São descritos os passos percorridos desde os contatos iniciais, as dinâmicas e as questões pertinentes aos significados da violência, este último discutido no grupo focal.

Os resultados e discussões desta pesquisa foram examinados por meio da técnica da análise de conteúdo, para verificar a percepção das adolescentes acerca da violência e violência sexual. O desenho da investigação baseou-se na abordagem qualitativa da pesquisa social, envolvendo a realização de grupo focal, enfatizando: o que as adolescentes pensam sobre violência e o registro produzido a partir da transcrição das falas, segundo a análise de conteúdo, modalidade temática. O princípio da categorização é classificar as falas a partir das ideias associadas à violência sofrida ou vivenciada. Para tanto, objetivando trabalhar essa categoria escolhida, selecionamos os fragmentos das falas das adolescentes que se encontram expostas adiante, de forma individual, para ao final, realizar comparações entre elas e os pressupostos teóricos.

Após a explanação sobre a técnica, quando as adolescentes escolheram seus lugares de forma aleatória, a moderadora apresentou-se dando as boas vindas, agradeceu a presença e o auxílio que davam para a execução da pesquisa. Fez também a apresentação da observadora e auxiliar de pesquisa esclarecendo a função que esta teria no Grupo Focal. O gestor da instituição se fez presente na abertura, falando sobre a pesquisa e sua importância, reforçando as palavras da moderadora e desejando boas vindas e um excelente trabalho.

As adolescentes participantes da pesquisa têm 12 anos de idade e se apresentaram dizendo nome (para resguardar o sigilo serão identificadas como A-1, A-2 e A-3), série

escolar, composição familiar e onde residem os mesmos e o tempo de abrigamento (Quadro 1, abaixo).

Quadro 1 - Perfil			
Categorias	Identificação		
	A-1	A-2	A-3
<b>Escolaridade (Ensino Fundamental)</b>	5º ano	4º ano	6º ano
<b>Composição Familiar</b>	Pais separados, 2 irmãs e 1 primo	Pais separados e 5 irmãos	Pais separados, avó e 5 irmãos
<b>Residência dos familiares</b>	Mauazinho	Colônia Antonio Aleixo	Zumbi II
<b>Procedência do encaminhamento</b>	SAIE/CT	SAIE/CT	CT
<b>Tempo de abrigamento</b>	3 anos	4 anos	1 ano

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

As adolescentes são oriundas de bairros periféricos, localizados na Zona Leste, considerada uma das maiores da cidade, com alto índice de violência, criminalidade e uso e tráfico de drogas. A composição familiar inclui uma média de oito pessoas por domicílio. Segundo Oliveira (2007), o número médio de moradores por domicílios, em Manaus, é de 4,28 moradores por residência, valores esses acima dos padrões mínimos adequados, que estabelecem de três a quatro pessoas por unidade domiciliar.

A escolaridade apresenta defasagem no tocante à série/idade<sup>4</sup>. A correta deveria ser o 7º ano. Não foram investigadas as causas do atraso escolar, mas em todas as entrevistas, o histórico de situação de rua, separação dos pais, mudanças constantes de endereços são fatores comuns. A repetência de uma série, no geral, é maléfica, porque destrói a autoestima do aluno. O repetente é um sério candidato a não terminar os estudos e a evadir da escola (BRASIL, 2013).

Outro dado coletado refere-se ao tempo de abrigamento, cuja média de permanência das participantes, é de 2 anos e 8 meses. Esse dado nos remete ao ECA, que em sua redação adota uma nova nomenclatura, o acolhimento institucional e ao seu parágrafo único do artigo 101 que enfatiza: a medida de abrigamento deve ser “provisória<sup>5</sup> e excepcional”. Ou, ainda, o artigo 23 que nos diz que “a falta ou carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou suspensão do poder familiar<sup>6</sup>”, indicando, em seguida, no seu

<sup>4</sup> Em um sistema educacional seriado, existe uma adequação teórica entre a série e a idade do aluno. No caso brasileiro, considera-se a idade de 6 anos como a idade adequada para ingresso no ensino fundamental, cuja duração é de 9 anos. Seguindo este raciocínio é possível identificar a idade adequada para cada série. Este indicador permite avaliar o percentual de alunos, em cada série, com idade superior à idade recomendada (Disponível no site: [www.dados.gov.br](http://www.dados.gov.br)).

<sup>5</sup> Grifo nosso.

<sup>6</sup> A alteração do termo “pátrio poder” para “poder familiar” mostra o entendimento da família como um núcleo coeso, no qual pai e mãe detêm os mesmos poderes e obrigações.

parágrafo único, que não havendo fato que motive a retirada da criança de sua família ela deve permanecer, sendo a família apoiada através da inclusão em programas de auxílio.

Um fato que merece destaque é a inclusão da convivência familiar e comunitária entre os direitos fundamentais descritos no livro I do ECA, mostrando que esta convivência é tão essencial a uma criança ou adolescente como são a educação, a saúde, o lazer ou os demais direitos básicos (todo o capítulo III do ECA vai tratar da temática do direito à convivência familiar e comunitária).

Dando cumprimento a essas determinações, em 2006, foi elaborado o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária<sup>7</sup>, pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (REZENDE, 2013). Por se tratar de temáticas novas, observou-se que ainda não foi colocada em prática essa nova Lei, pelo tempo que as participantes se encontram na instituição.

Alguns dados foram coletados junto à instituição, durante a observação participante, em especial, sobre características da dinâmica familiar e das violências sofridas, conforme se observa no Quadro 2, adiante.

<b>Quadro 2 - Características</b>			
<b>Categorias</b>	<b>Identificação</b>		
	<b>A-1</b>	<b>A-2</b>	<b>A-3</b>
<b>Dinâmica familiar</b>	Abandonada pela mãe, que teve 5 filhos; os 3 mais novos vivem com ela. O pai não a reconheceu. Morou com parentes, tias e primos. Um primo praticou a violência sexual.	Mãe apresenta deficiência mental. Morou com o pai. Este era alcoolista e vivia uma relação homoafetiva. Sofreu violência sexual praticada pelo padrasto*.	A mãe é usuária de drogas e vive nas ruas, a avó e uma tia materna não quiseram cuidar dela. O pai não é mencionado.
<b>Tipo de violação</b>	Violência física e sexual	Violência física e sexual	Violência física.
<b>Autor da violência</b>	Mãe, irmãs e o primo.	Mãe e Companheiro do pai.	Mãe
<b>Trajatória</b>	Fugas do lar	Fugas da escola	Situação de rua
<b>Comportamento</b>	Agressivo – homossexualidade – desenvolvimento precoce	Ingênuo e calmo	Calmo e carência emocional.
* Companheiro do pai			

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Fazendo um paralelo com o Quadro 1, onde todas as famílias apresentam separação dos pais e a figura de ambos se mostra ausente em sua maior parte e quando presente, conforme o Quadro 2, são violentas e/ou usam drogas e as rejeitam, o que pode ter ocasionado a situação de rua e as fugas. As participantes foram vítimas de violência física e sexual.

Após, os contatos com as adolescentes e com os dados fornecidos pela instituição, não foi possível levantar hipóteses sobre as violações. Não há como determinar ao certo a causa e

<sup>7</sup> Disponível em: [www.direitosdacrianca.org.br](http://www.direitosdacrianca.org.br).

ocorrência da violência dentro do grupo familiar, tendo em vista que pode sofrer influência não apenas pelas características de cada membro, como também a estrutura familiar (ONU, 2013). A criança é vítima não apenas quando sofre a violência diretamente, mas a cada instante que a vivencia. O causador na maioria das vezes possui convívio social normal. A família é omissa em seu aspecto funcional ao não atingir seus objetivos, de proteger, educar e prover o melhor à criança.

De acordo com Delanez (2013), qualquer uma das formas de violência está diretamente relacionada e ligada à violência psicológica que se caracteriza pela interferência negativa que o adulto exerce sobre a criança. Dentre as formas desta espécie está a rejeição, ou seja, quando o adulto não reconhece a criança nem a suas necessidades, situação das participantes quando as famílias as abandonaram.

Toda a violência sofrida pela criança influi em consequências físicas e psicológicas. Os problemas de aprendizagem estão diretamente relacionados à violência psicológica e sexual e à negligência; O uso e/ou envolvimento com drogas e a fuga do lar também são muito presentes em crianças abusadas (HUTZ, 2005). Estas características foram identificadas em todas as participantes, uma vez que as fugas do lar e da escola as colocam muito próximas das drogas.

## **4.1 O Grupo Focal**

### *4.1.1 Dinâmica de descontração*

De início, as adolescentes se mostraram pouco receptivas à atividade. Foram se apresentando de forma tímida e pouco comunicativa, o que levou a se pensar num instrumento que pudesse despertar o interesse das participantes. O grupo principiou com uma dinâmica de descontração, utilizando cola colorida e folhas de papel ofício e sugerimos que realizassem desenhos livres. Em seguida, após o término dos desenhos, antes que a cola secasse, pedimos que dobrassem o papel ao meio, fechando e abrindo imediatamente e observassem o que foi produzido: o material desenhado adquire novo formato, com isso foi possível promover um diálogo mais descontraído e atingir o objetivo da atividade.

Foi escolhida pelas três adolescentes a temática: flor e coração, que ao serem dobrados ao meio, duplicaram os desenhos realizados. Ao ser solicitado que descrevessem o desenho, se pronunciaram conforme se observa no Quadro 4, a seguir.

Quadro 3 – Dinâmica de Descontração			
Temática dos Desenhos	Identificação		
	A-1	A-2	A-3
<b>Flor</b>	<i>“Flor bonita, não daria a ninguém”.</i>	<i>“Florzinha debaixo da árvore feliz, jogaria no lixo”.</i>	<i>“Flores alegres; daria para minha mãe”.</i>
<b>Coração</b>	<i>“Coração triste, daria a minha mãe”.</i>	<i>“Coração alegre, daria para tia Maria<sup>8</sup>”.</i>	<i>“Coração e estrela, daria para minha mãe”.</i>

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Quando confrontados os dados acima com a história de vida das participantes, percebe-se a tentativa de resgate da figura materna ou feminina, pois, conforme consta nos seus prontuários: A-01 foi “dada” pela mãe e passou por duas famílias e foi levada à instituição, porque todas as pessoas que antes cuidaram dela, afirmaram não querer ficar com a mesma, por temerem as consequências do seu comportamento inadequado. O perfil comportamental descrito sobre a adolescente em questão inclui: “péssimo temperamento, agressividade, em especial com crianças, mentiras, destruição de tudo que a cercava, e quando não consegue quebrar, rasga, corta ou danifica (objetos), sexualidade exacerbada, fugas constantes de casa e da escola, sendo que esta última também, a rejeitou”.

Na história de A-02, tendo em vista a condição dos pais, descrita no Quadro 2, com histórico de doença mental e uso de álcool, a adolescente substituiu a mãe, por uma professora “tia” do ensino regular. E sobre a participante A-03 a mãe vive em situação de rua e é dependente química. A família da tia materna também é envolvida com drogas e em ambas as situações existem risco de morte.

Dentro da abordagem cognitiva, considerando o quadro exposto, as adolescentes procuram e, de certa forma, todos nós, temos as chamadas distorções cognitivas, que são expressas em pensamentos automáticos disfuncionais. Dentro da teoria da mente como processamento da informação, nossos esquemas distorcem a realidade para que esta se torne condizente com nossas crenças centrais (BECK, 2005).

Os Pensamentos Automáticos são espontâneos, breves, coexistindo com nossos fluxos de pensamentos mais manifestos. Podemos dizer que eles são pré-conscientes: na maior parte das vezes não os percebemos, embora possamos fazer isto com um pouco de treino. Os pensamentos automáticos manifestam a maneira como significamos as situações, bem como as distorções que fazemos da realidade. Parecem surgir espontaneamente e, em geral, estamos mais cientes da emoção que sentimos em decorrência deles, do que do próprio pensamento. Podem estar em formas verbais, visuais ou ambas. Assumimos estes pensamentos automáticos

<sup>8</sup> Nome fictício.

como verdadeiros, porém, quando tomamos consciência dos mesmos e os ligamos às nossas crenças centrais, verificamos o sentido dos mesmos, podendo assim questionar o seu funcionamento.

O fato de buscarmos fundamentação na terapia cognitiva comportamental (TCC) encontra respaldo em Vygotsky apud Lucci (2006). Segundo o autor da teoria sócio-histórica, as abordagens existentes eram incompletas. Este buscou uma nova psicologia que, baseada no método e nos princípios do materialismo dialético, compreendesse o aspecto cognitivo a partir da descrição e explicação das funções psicológicas superiores, as quais, na sua visão, eram determinadas histórica e culturalmente. Ou seja, propõe uma teoria marxista do funcionamento intelectual humano que inclui tanto a identificação dos mecanismos cerebrais subjacentes à formação e desenvolvimento das funções psicológicas, como a especificação do contexto social em que ocorreu tal desenvolvimento. Ao abordarmos a TCC, também enquanto pesquisadora, acreditamos na junção destas duas teorias.

#### *4.1.2 Desenvolvimento do grupo focal*

Após a exibição do desenho livre, que serviu como mecanismo facilitador, mas também de coleta de dados sobre a relação das adolescentes com a família de origem e com a instituição, a moderadora deu início às perguntas norteadoras. A reunião teve duração de aproximadamente 3 horas. Com o fim de otimizar a tarefa foi utilizado um roteiro de observação com o objetivo de realizar uma reflexão acerca dos conceitos, crenças e valores atribuídos ao significado da violência para o grupo. Foi iniciado o debate, a partir do seguinte questionamento: Como é para o grupo conviver com as questões envolvendo a violência?

Para responder a estas perguntas novamente percebeu-se certa dificuldade em formalizar respostas objetivas, assim realizamos uma nova atividade lúdica. Com a utilização de cartolina, cola branca, revistas e pincéis coloridos, orientamos que cada uma confeccionasse um cartaz representando o tema. Em seguida, de posse do material, realizaram suas produções, descritas abaixo.

O cartaz da participante A-1 apresentou cenas fortes e agressivas. Eram recortes de homens assassinados brutalmente (tiros e sangue pelo chão), crianças dormindo na rua, envoltas em jornais e mulheres utilizando drogas injetáveis. Esta assim o descreveu:

(...) figuras de homens que foram mortos de forma brutal, crianças sofrendo, dormindo no chão. Mulher “picando” droga, fumando, bebendo, louca, pirada, prostituição (...). A violência prejudica as pessoas e a nossa vida (sic). Esses homens são estupradores, safados, que precisam sofrer, colocar vassoura no “feofó” deles pra que eles sintam a mesma coisa (tom de revolta).

O recorte de várias figuras representando mães amamentando seus filhos, com semblantes denotando tristeza e apatia e mulheres usuárias de álcool e fumo, foi a temática de A-2, que comparada ao cartaz anterior, expressava sentimentos mais suaves. Esta explicou que:

(...) figuras de mães com crianças no colo, estão muito tristes. São mulheres que estão presas porque roubaram, fumavam drogas, agora vão ficar sem eles (os filhos), estão tristes. Sofreram abuso, viraram prostitutas. Estão sofrendo porque tiveram que ficar longe dos filhos.

A apresentação de A-3 exibia figuras de mulheres em posição sensual e com pouca roupa, crianças mortas e uma rebelião masculina numa penitenciária, tendo sido explanada da seguinte forma:

Esse jeito... As mulheres que faz isso, ela sofre violência (...). São mulheres que foram abusadas, estupradas e tiveram que virar garotas de programa, se prostituir. Essa aqui tá morta; é uma criança ainda. Sofreu violência, foi assassinada por droga. Aqui é uma rebelião de presos. Teve um incêndio por causa da rebelião. É assim que termina (sic).

Em seguida, iniciamos um diálogo sobre o tema com algumas questões norteadoras. Foram indagadas o que elas entendiam por violência ou relatassem situações que elas conheciam ou, ainda, que vivenciaram, as quais remetessem a esse conceito. À medida que o grupo interagia outras questões eram imediatamente introduzidas.

A-1 - Bater no pai, bater na criança, estuprar, espancar, forçar (Moderadora: Forçar como?). Obrigar a pessoa quando não quer fazer sexo. A Jéssica (nome fictício) me levou lá na Compensa (bairro). Olha F., cuidado! Ela disse que ia pegar um dinheiro na casa de um velho, assistimos um filme na casa dele; não tínhamos onde dormir... Depois a Jessica foi embora, fiquei só. Aí ele perguntou: não quer transar comigo não? Peguei um pau e disse: Se quiser fazer alguma coisa, vai se arrepender. Pô! A Jessica armou uma cilada pra mim! Não adianta tia, um marido, namorado, não bate, cuida!

A-2 - Tentaram me estuprar duas vezes. A primeira vez foi o inquilino do meu pai. Ele trabalhava com sapato, achava o cheiro da cola gostoso, fui lá. Ele disse: vem é bom, quis pegar na minha perna. Saí correndo, contei pro meu pai”.

A-3 - “Fazer o que a pessoa não quer. Bater, espancar, forçar quando não quer transar”. “Minha prima apareceu com um namorado, ele chegou num carro preto, trouxe uma sacola com aquele ‘negócio’, ela estava só de toalha, depois foi embora”. - O que era o “negócio”? “Não sei, não vi”. - Hum!

Fechando as questões, indagou-se das participantes: Se você pudesse fazer algo para evitar a violência o que seria?

A-1 - “Combater, evitando, ficando longe de becos, buraco”. “Todo sábado fazendo palestra”. Onde? “Por aí, em todo lugar”.

A-2 - “O prefeito e a PM podem evitar, mas os PM só fazem covardia”.

A-3 - “Psicopata, covarde tem que apanhar, [...] vingança” “Violência gera violência”.

Após a exposição dos cartazes, solicitamos que cada participante do grupo falasse um pouco sobre sua história até chegar ao abrigo. A seguir, um resumo de seus relatos.

A-1: No início chorou muito, não queria ficar. Não gosta de estudar. Abandonada pela mãe foi morar com o pai, duas irmãs e um primo. Não aceitava que as irmãs mais velhas mandassem nela. Sofreu várias tentativas de “aliciamento” (sic) por parte desse primo de 35 anos. “Ele queria mexer nas minhas ‘partes’”. A violência acontecia tarde da noite. Mas não conseguiu violentá-la sexualmente, tocava nela. Batia com força para se defender. Nunca comentou nada com as irmãs. Sentia raiva e era muito problemática na escola, principalmente, muito violenta com os meninos que implicavam com ela. Relatou várias situações de conflitos e que foi suspensa das aulas, duas vezes e na terceira vez, afirma: “Quando puxei os cabelos de um menino, bati sua cabeça na parede, fui expulsa da escola”. Depois da expulsão, passou a morar com a mãe (tinha 08 anos), próximo a uma “boca de fumo”. A mãe vendia e consumia drogas. A relação era conflituosa: “batia boca”, queria bater nela. Na relação não havia respeito entre as duas, chamou a mãe “prá porrada”. A mãe depois pedia desculpa, ela não aceitava. Certa feita quase foi atingida por uma bala, resolveu ir embora, fugiu. A mãe ligou para o Conselho Tutelar, e a adolescente foi resgatada. Sua relação com todas as pessoas próximas sempre foi permeada de muitos conflitos. No abrigo, não foi diferente: relato de conflitos com as cuidadoras e histórico de fugas. A família toda é violenta, a mãe que a abandonou, “agora está por aí” (sic). Quer ser engenheira florestal.

A-2: Quando os pais se separaram, foi morar com o pai e um irmão. Passava os fins de semana com a mãe. Seu irmão estudava e ela ficava sozinha em casa. Um homem entrou pela janela, tirou sua roupa, para aliciar. Gritou, pediu ajuda, foi socorrida pela avó que morava próximo. O pai queria matar o homem, segundo alega, “não conhecia o homem”. Os tios perseguiram o homem, mas não o encontraram. Afirma que ele não conseguiu violentá-la. Algum tempo depois esse homem, fez a mesma coisa com outra criança e foi espancado, ficou muito doente e morreu. O pai foi ao velório e chegou a chorar. Nos fins de semana com a mãe, conheceu um menino de 12 anos que paquerava ela, mas ela não sentiu vontade ou não pensou em nada com ele. Um dia fugiu da escola e foi passear com as colegas e dormiu na casa de uma delas. A mãe da colega deixou-a dormir, cuidou dela e na manhã seguinte avisou o Conselho Tutelar e a Delegacia. Quando voltou para casa, apanhou muito da mãe. Conseguiu se esconder debaixo da mesa. Bateu com a cabeça num prego, se feriu. Uma vizinha ia passando, ligou para polícia e a mãe foi presa. Foi entregue para o pai que a levou para casa da patroa (o pai é cozinheiro). A patroa pediu ajuda de um padre, foi quando chegou ao abrigo. Não tem histórico de fuga do abrigo. Quer ser professora de balé.

A-3: A mãe e a avó não querem cuidar dela. Os irmãos moram cada um com um pai diferente. A mãe vive por aí, vive na rua. Viu o pai uma vez quando era pequena, não se lembra dele. Não gosta da mãe, esta lhe batia muito; a avó não batia, gosta da avó. Relatou que “uma colega” foi abusada pelo padrasto – a mãe dela não acreditou e chamou a polícia. Um dia, quando estava no terminal, um velho ofereceu bombom e a mãe fez um barraco. Se diz muito danada e não gosta de fazer nada. O seu único irmão com quem se relaciona convidou-a para passar um final de semana com ele e o pai, foram jogar vídeo game. Afirma que está no abrigo “por várias coisas... não posso falar”. Não gosta de ficar no abrigo: “vou prá casa no final de semana. Depois volto”. Para ela, viver no abrigo é “Chato! Queria tá lá, mas não posso. Fico triste!” Quer ser bióloga.

Quando as três adolescentes encerraram seus relatos, a moderadora realizou uma síntese do que havia sido abordado, pontuando algumas questões sobre a violência e a sexualidade que se destacaram. A reunião do grupo focal foi encerrada com a distribuição de brindes e chocolates, como forma de agradecimento e recompensa à disponibilidade das mesmas, em compartilhar suas histórias e contribuir com a construção de novos conhecimentos sobre a temática, objeto deste trabalho de pesquisa.

## **4.2 Significados da violência sexual em adolescentes abrigadas**

Não existe uma definição consensual ou incontroversa de violência. O termo é potente demais para que isso seja possível (Anthony Asblaster).

A violência, de maneira geral, está intrinsecamente inserida na vida das adolescentes entrevistadas. Seja nos espaços privados, por meio das figuras parentais que deveriam protegê-las, e terminam por se configurar como autores das violações que incluem a violência física, psicológica, sexual e negligência ou mesmo, onde o traficante invade a moradia para cobrar dívidas de uma mãe e/ou pai usuário de drogas; seja nos espaços públicos, ruas e praças sem segurança, onde as mesmas convivem com vendedores de drogas e balas não tão “perdidas” e com perseguição aos suspeitos dos crimes mencionados.

O quadro descrito pelas adolescentes é típico da violência urbana. Esta não abrange apenas os crimes, mas todo o resultado que provoca sobre as pessoas e as regras de convívio na cidade. Gangues urbanas, pixações, depredação do espaço público, o trânsito caótico, as praças mal cuidadas, entre outros compõem o quadro da perda da qualidade de vida. Certamente, o tráfico de drogas, talvez a ramificação mais visível do crime organizado,

acentua esse quadro, sobretudo nas grandes e problemáticas periferias; os crimes estão relacionados com as contravenções e com as incivildades. Esta interfere no tecido social, danifica a qualidade das relações interpessoais, desgasta a qualidade de vida (KAHN e SOUZA, 2013).

Esta temática da violência urbana surgiu em todos os cartazes elaborados sobre violência: assassinatos brutais, mulheres drogadas, prisões, prostituição, estupros. São situações que geram sofrimento e separação entre mães e filhos (“Estão sofrendo porque tiveram que ficar longe dos filhos”), onde as pessoas que cometem violência sexual têm que pagar (“Esses homens são estupradores, safados, que precisam sofrer, colocar vassoura no ‘feofó’ deles pra que eles sintam a mesma coisa”).

Para que, aconteça esse tipo de exposição, verifica-se que, a lei, no caso das adolescentes que participaram do grupo, não foi eficaz ou não se concretizou, pois, relatam formas de punição não aplicadas pela justiça: a mãe por usar drogas, perdeu dos filhos e o estuprador deve ser estuprado, a famosa lei de Talião<sup>9</sup>.

Atualmente a lei propõe inúmeras medidas de proteção para crianças e adolescentes, a fim de assegurar-lhes direitos e garantir o seu devido desenvolvimento. Segundo Delanez (2013), em seu contexto a lei prevê e pune a violência intrafamiliar apontando as medidas que deverão ser adotadas para reestruturação da criança vitimizada, bem como, as aplicadas aos seus abusadores. Tomar conhecimento da dimensão e consequências que a violência tem no desenvolvimento e na vida da criança faz parte não apenas de reconhecer a criança como um ser de direitos importante para o devido andamento do meio social, mas analisar a forma e aplicabilidade da lei no nosso cotidiano e ver até onde vai a sua efetividade.

De acordo com a terapia cognitivo-comportamental, “as crenças que temos sobre nós mesmos, sobre o mundo e sobre o futuro, determinam o modo como nos sentimos: o quê e como as pessoas pensam afetam profundamente o seu bem-estar emocional“ (BECK e KUYKEN, 2003). Nossas emoções e comportamentos não são simplesmente influenciados por eventos e acontecimentos e sim pela forma através da qual processamos, percebemos e atribuímos significados às situações. O homem é um ser em uma busca constante por significados e explicações. Quando pensamos, estamos também interpretando esta realidade e a nós mesmos.

Young, Friedberg, Guidano *apud* Abreu e Roso (2003) e o próprio Beck (Idem), têm realçado a importância da infância na formação dos esquemas. Nas primeiras relações com o

---

<sup>9</sup> "Olho por olho e dente por dente" (Bíblia sagrada - Levítico 24,19-20).

meio, o ambiente e as figuras cuidadoras, a criança vai formando um sentido de si e do mundo que a cerca. Este núcleo inicial acaba por servir como modelo de processamento das experiências posteriores. Percebemos a realidade a partir destas estruturas iniciais e assim formando a nossa identidade. Somos seres explicativos por natureza e, ao iniciarmos o processo de construção da nossa identidade, do que nos faz sermos o que somos, vamos buscando constância, unidade.

Desta maneira, a percepção da realidade a partir dessas estruturas primárias, busca a homeostase, o equilíbrio, fazendo com que a informação em consonância com este germe inicial do self seja mantida, enquanto a informação discrepante é rejeitada ou transformada de modo a se adequar ao esquema. Neste sentido, os esquemas, ou seja, as estruturas centrais de formação de significado sobre a violência sofrida pelas adolescentes se autoperpetuam e são muito resistentes à mudança. E, ao mesmo tempo, que desenvolve um esquema ligado ao abandono, pode desenvolver uma crença central como “eu não mereço ser amado”; “não posso confiar em ninguém”; “os outros irão magoar-me”. Isto foi percebido nos relatos das adolescentes que, para a moderadora contaram histórias pessoais de mães totalmente ausentes, fantasiando-as como mães que as esperam em casa, nos finais de semana.

Sobre sexo e sexualidade, as narrativas envolvem sedução, troca de objetos por sexo, figuras próximas que abusam sexualmente, falta de confiança nas colegas, como se observa na fala de A-1<sup>10</sup>. Na realidade, são parentes e pessoas próximas abusando sexualmente, transformadas pelas adolescentes em estranhos, para melhor aceitação da realidade. O caminho ou o futuro dessas pessoas violadoras, nas palavras das mesmas, é a prostituição, o uso de drogas e a perda dos filhos. São as crenças intermediárias, que se localizam entre os pensamentos automáticos e as crenças centrais. As crenças intermediárias constituem uma forma de reduzir o sofrimento provocado pelas crenças centrais, consistindo basicamente de regras e suposições como “eu devo”, “eu tenho que”, “se... então”.

A participante A-3 é a única que, no seu prontuário não consta histórico de violência sexual. Mas, na sua exposição sobre como chegou ao abrigo, relata o contato com “uma colega” que foi abusada pelo padrasto. Das três, é a mais reservada e introvertida. Pode-se levantar a hipótese de que, com esta adolescente, tenha ocorrido uma distorção cognitiva, onde os esquemas distorcem a realidade para que esta se torne condizente com nossas crenças centrais, numa tentativa de aceitação do inaceitável.

---

<sup>10</sup> A-1: “Aí ele perguntou: não quer transar comigo não? Peguei um pau e disse: Se quiser fazer alguma coisa, vai se arrepender. Pô! A Jessica armou uma cilada pra mim! Não adianta tia, um marido, namorado, não bate, cuida!”.

Nos relatos das adolescentes percebe-se que suas histórias não são diferentes: todas têm dificuldade em se colocar na primeira pessoa, é mais fácil contar uma “história” que, neste caso, é a história de sua própria vida.

Num contexto real é percebido que a separação da mãe, figura mais permanente no universo da criança, é vista com dramaticidade, como antinatural. No entanto, muitas dessas crianças quando voltam para casa encontram alguém estranho, já houve uma reconfiguração familiar (saiu e/ou entrou alguém). Fica muito clara a presença das drogas e das diversas violências.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2013), droga é qualquer substância não produzida pelo organismo que tem a propriedade de atuar sobre um ou mais dos seus sistemas, produzindo alteração no seu funcionamento. Podem ser classificadas como: lícitas - são aquelas comercializadas de forma legal, podendo ou não estar submetidas a algum tipo de restrição (como por exemplo, álcool e alguns medicamentos que só podem se adquiridos com prescrição médica); e ilícitas - proibidas por lei.

As figuras elencadas “sofreram abuso, viraram prostitutas”. A prostituição é uma forma organizada de comércio sexual menosprezada e tolerada pela sociedade. Ademais de não ser um fenômeno espontâneo nem isolado, é essencialmente uma prática de relação sexual mercantilizada. Neste contexto, a prostituição infantil é protagonizada por menores de 18 anos, para quem as possibilidades de optar são mínimas. Segundo Santos *apud* Libório e Souza (2004) a ocorrência das práticas da prostituição infanto-juvenil e a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes nas sociedades ocidentais remontam à antiguidade.

A despeito de ser considerada uma prática ilegal, a relação sexual de criança e adolescentes com adultos mediados pelo dinheiro ou pela troca de favores, milenarmente conhecida, a “prostituição infantil” é um fenômeno disseminado por todo o mundo e permeia todas as classes sociais. Assim, devido à natureza ilegal desta prática, torna-se difícil dimensioná-la.

O número de garotas envolvidas em atividades sexuais ilícitas é bem maior do que o número de garotos, assim como não dá para precisar uma faixa etária, pois, já foram identificados casos de criança com até cinco anos de idade inserida na prostituição.

“Foram abusadas”. A definição de abuso sexual compreende o envolvimento de uma criança ou adolescente em atividade sexual que essa não compreende totalmente, sendo incapaz de dar consentimento, ou para o qual a criança não está preparada devido ao seu estágio de desenvolvimento, ou que viola leis ou tabus da sociedade de dependência estrutural das vítimas com os agressores (WHO *apud* HABIGZANG e KOLLER, 2011). O abuso sexual

também é compreendido como uma interação de dependência estrutural das vítimas com os agressores, e como consequência pode ocorrer uma série de comprometimentos.

Há diversidade de alterações cognitivas, emocionais e comportamentais decorrentes do abuso sexual. Entre elas: estigmatização; vergonha; revitimização ou abuso de pares; jogos sexuais; envolvimento com brigas e agressividade; comportamento infantilizado; enurese; desatenção; dificuldade para dormir; medo, etc. É comum ainda, nas crianças e adolescentes vítimas de abuso, o aparecimento de transtorno de humor, transtorno de ansiedade e transtornos disruptivos, transtornos alimentares e de personalidade. O abuso sexual na infância e na adolescência pode desencadear efeitos negativos para o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social das vítimas, algumas crianças e adolescente ainda pode apresentar efeitos mínimos enquanto outras apresentam sintomas severos (HUTZ, 2005).

“São mulheres que estavam fumando drogas e foram presas”, “Garotas de programa”. A violência também aqui, de acordo com a fala das adolescentes, está vinculada à conduta de mulheres, meninas que são garotas de programa. Fazer programa também está associado à violência, prosseguem as adolescentes, por que vivenciaram este tipo de realidade antes de serem retiradas de seus lares. São perguntas que surgem e que futuramente deverão se questionadas para se entender se foi o ambiente familiar que proporcionou condições favoráveis para essas crianças hoje estarem fora de suas casas. Contudo, pela experiência da pesquisadora junto ao abrigo, as variáveis incluem a escola, a segurança, o ambiente social, entre outros fatores que também podem ser elencados como desencadeantes da atual situação das adolescentes pesquisadas.

No relato das depoentes fica clara a associação da violência com o uso de drogas. As crianças atribuem a violência ao uso de drogas “Sofreu violência, foi assassinada por droga”. Mais uma vez encontramos a droga como pano de fundo para a violência, neste caso, é importante verificar o que é que está por trás desta representação simbólica ou real das drogas na vida das vítimas.

Figuras de violência e de prisão (o que consta nas figuras coladas nos cartazes). “São pessoas que estupraram e agora estão na cadeia”. Não fica muito bem claro se estas adolescentes, participantes desta pesquisa, conseguem entender ou fazer uma identificação objetiva sobre as diversas formas de violência, principalmente no que diz respeito à sexual, levando em conta as suas histórias de vida, em que uma delas, a sétima filha na hierarquia familiar, cujos irmãos são filhos de pais diferentes e ela, uma das entrevistadas, viu o pai somente uma vez quando era pequena. A outra morava com o pai que passava o dia todo no trabalho e um irmão que saía pela manhã deixando-a sozinha em casa, ou seja, desde tenra

idade são obrigadas a aprender a se proteger, geralmente moram em lugares habitados pelos mais diversos tipos de vizinhança, convivem com conflitos, ambientes hostis, aprendem tudo o que sabem nas ruas, em fim, as experiências são as mais diversas possíveis.

Quando a pesquisadora retornou à instituição, foi realizada uma reunião de *feedback*, quando foram discutidos os conceitos e os tipos de violência sexual, uma vez que, durante os grupos, as adolescentes não demonstraram conhecê-los e/ou nomeá-los.

Perguntas sobre a realidade institucional surgem. Onde fica a orientação sobre o certo e o errado na formação dos conceitos essenciais? Ainda, quando é chegado o momento em que são necessários os referenciais paternos ou familiares para orientar as regras desenvolvimentais, as que existem, são as que elas vivenciam no cotidiano das ruas. Tornam-se, geralmente, adultos precoces que precisaram “crescer” rápido para aprender a se defender das intempéries da vida.

Conclui-se então que estamos frente a uma realidade que, ainda hoje, em pleno século XXI, “incomoda” muito a sociedade, que é um problema de saúde pública, mas que ainda não podemos contar com ações verdadeiramente comprometidas com a causa.

Por que será? O que ainda está obscuro nas mentes humanas ou nas políticas públicas engendradas pelo poder público em relação aos direitos das adolescentes e principalmente aos direitos sexuais de forma geral? O que incomoda tanto quando temos que falar sobre sexo, sexualidade e outros assuntos relativos à constituição humana? Será possível que ainda precisemos conviver fazendo o jogo da mediocridade, fazendo de conta que as crianças e adolescentes são seres alienados, que não entendem nada?

Como é que uma criança ou adolescente que sofreu abuso de qualquer natureza poderá se proteger, se não for informada sobre a verdade de cada coisa, do significado real das palavras, dos gestos, das intenções? Aprender na rua, na escola da vida, esta é a grande realidade. Entretanto, percebe-se a formação dos esquemas, preconizados na terapia cognitiva, que são as estruturas cognitivas, de formação de significados, direcionando a interpretação da realidade e formando crenças distorcidas e rígidas acerca da sua realidade.

O que se percebem são as distorções cognitivas no que se refere ao processamento de informações que são recebidas por via indiretas, através de suas próprias vivências nas ruas, o sentimento de rejeição, o contentar-se com o que sobra de outras pessoas. Assim vão se formando conceitos peculiares da própria condição a que são relegadas. Então o que é possível fazer quanto a este jeito peculiar de ser e de pensar das adolescentes abrigadas?

Urge que algumas ações sejam pensadas e estruturadas de formas a fornecer informações adequadas com o objetivo de provocar discussões a respeito do fato de que é

melhor abordar abertamente os assuntos envolvendo as situações relacionadas à violência em todas as formas, em especial ao abuso e a exploração sexual, do que mascarar achando que com isso está se protegendo a criança ou o adolescente da violência. A violência é fato, é real e, portanto, precisa ser encarada.

Estamos, portanto, nos defrontando com uma parcela de criaturas adoecidas por causa da sua condição de abandono, de descaso, pela falta de interesse de todas camadas da sociedade que ainda não atentaram para o fato de que a violência é um assunto de saúde pública e que por isso estamos todos nos omitindo, quando insistimos em não perceber os problemas que estão aí ao lado da nossa casa, na nossa rua, na nossa comunidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A esperança é um desejo atávico e imemorial que acompanha os homens desde sempre (Desconhecido).

É com imenso prazer que neste momento da minha vida estou colocando no papel um grande desejo que alimento já há muito tempo: fazer algo que possa despertar o interesse das pessoas, que faça com que os olhares se voltem com mais carinho e cuidado para a demanda dessa parcela da população, até certo ponto indefesa nos seus direitos de ir vir, que está sempre pedindo socorro por vias diretas ou indiretas. Refiro-me aqui à adolescência, pré-adolescência, juventude ou meninice, como queiram. Farei algumas reflexões acerca do assunto me remetendo a uma época em que as pessoas não eram muito interessadas em saber o que se passava na cabeça de um ser que está em formação, em preparação para enfrentar o mundo dos adultos. Quantas angústias, quantas tristezas que, por não serem “vistas” também não podem ser interpretadas.

A reflexão aqui perpassa também, pelas experiências a partir de observações cotidianas. Com as experiências, o sentido de observação se torna cada vez mais apurado, permitindo capturar através de gestos, da fala, do jeito de andar e se comportar em que terreno se está habitando.

Frente às informações adquiridas e juntando a experiência do cotidiano, fazem com que surjam motivações para conduzir a vontade de fazer de fato algo que tenha um significado efetivo, com promoção, com o olhar apurado, prestando atenção a tudo, sem perder nenhum detalhe importante.

Esse intuito, espera-se, foi alcançado. Os significados da violência sexual e estratégias de prevenção da violência sexual atribuídos por um grupo de adolescentes de uma escola-abrigo foram observados na realização do grupo focal. Elas não entendem como violência sexual, mas descrevem “o fazer algo contra a vontade”, como acontecimentos corriqueiros em

sua vida diária. As formas de prevenção incluem a defesa pessoal, por meio da agressão física e evitar lugares ou pessoas perigosas, entre elas os familiares, uma vez que estão abrigadas.

A nossa contribuição para ressignificar os modos de perceber os conceitos discutidos, a partir dessa visão como o grande desafio desta pesquisa, espera que se concretize por meio de fóruns sobre sexualidade. Quando atuava enquanto psicóloga na instituição, foi criado o primeiro fórum, mais como um prelúdio, para os próximos, pois, não se alcançou o âmago da questão. As temáticas trabalhadas, à época, não considerou a realidade vivenciada nas família e nas ruas, das violências sofridas. Agora, com mais experiência e informações coletadas junto às interessadas, retornaremos para, se possível, elaborar o próximo fórum, trabalhando desta forma, os conceitos de violência sexual, sexo, sexualidade, para que, de posse de tais saberes, elas possam ressignificar suas vidas.

Este trabalho pretendeu dialogar com pessoas que assim como eu, têm interesse de entender melhor o universo adolescente, e assim intervir de forma a promover debates a respeito do tema. Não fico por aqui, já tem um “zumbiduzinho” me mostrando outros caminhos possíveis de satisfazer, ou não, a minha eterna vontade de ir sempre em frente, procurando não sei o quê, lá no final, quem sabe num doutorado... Mas que tem, ah se tem!

Diante da realidade de crianças e adolescentes, em especial das vítimas de violência sexual, o compromisso da Psicologia deve ser coletivo, ético e urgente. O psicólogo, para dar conta das demandas atuais no seu trabalho, deve refletir permanentemente sobre suas ações, reinventar suas intervenções e criar outros fazeres, pautado sempre por uma atitude científica e por referenciais teóricos consistentes.

A prática profissional não pode fazer com que se perca a condição de aprendiz. A formação e a aplicação não são dois momentos sucessivos, mas devem coexistir sempre. Manter a permanente problematização da prática é uma exigência do exercício profissional e um fundamento da ética profissional. “A ética demarca a fronteira entre a teoria e a prática, entre o pensamento e a vida, entre a concretude da história e a abstração do conhecimento” (DRAWIN, 2003, p. 31).

A coleta de dados através de grupo focal teve como uma de suas maiores riquezas a formação de opinião e atitudes durante a interação com os indivíduos. Essas interações é que possibilitam a captação de significados. No dizer de Gatti (2005, p. 9), “o grupo focal permite emergir uma multiplicidade de pontos de vista e processos emocionais, pelo próprio contexto de interação criado, permitindo a captação de significados que, com outros meios, poderiam ser difíceis de manifestar”. Também ajuda o fato de o foco principal ser um tema de conhecimento e interesse de todos, facilitando as relações e interações.

No relato de experiência ora exposto, o foco principal foi um tema de conhecimento e interesse de todas, facilitando as relações e interações. A observação ganhou grande significado, pois, foi através das palavras e gestos, silêncio, tom de voz, da expressão fisionômica que a essência pôde ser captada. Desta forma, procurou-se, além de ver, examinar qual o significado da violência, em especial, a sexual, e como ela se manifesta.

A violência alcança todos os lugares onde as adolescentes estão contextualizadas, principalmente na família, onde todos os seus membros são atingidos. É severa e provoca danos irreversíveis, nas áreas social, física, emocional e moral, não preservando sexo, raça, grau de instrução nem classe social, e o resultado dessa invasão íntima e individual cujo sofrimento transcende as barreiras da normalidade e deixam como herança consequências inimagináveis aos olhos de quem não tem conhecimento do que acontece nos escombros escuros dessas pessoas.

Sendo assim, vale aqui algumas reflexões: o que leva um adulto a praticar violência em seres que são indefesos, vulneráveis? De outra forma, o que move estes sentimentos perversos, incapazes de não se comover frente à dor de uma criança/adolescente? Como ser um adulto a partir dos destroços que sobram da cidadania esfacelada do indivíduo? E o futuro, o que esperar dele? Como “consertar” a autoestima, realinhar o caminho de vítimas?

Partindo desses questionamentos podemos entender porque hoje nos deparamos com tantas mulheres apresentando uma diversidade de comportamentos difíceis de serem aceitos pela sociedade “cega”. É penoso nos depararmos com um número tão grande de mulheres prostituídas, que vendem seus corpos porque perderam seus referenciais de cidadãs, de autorespeito, de desejo de lutar pelos seus sonhos, porque tantas crianças nas ruas, em situação de vulnerabilidade social, e o que é o pior: abandonadas pela própria família que vê no abrigo uma alternativa de se ver livre do “problema”, pois, é nisso que a instituição se transforma para a família de meninas abrigadas, quando são deixadas lá e sequer recebem visitas de pessoas que elas estimam.

Neste trabalho, nos deparamos com uma realidade que ainda choca, pois, em pleno século XX, achando que alguma coisa teria mudado com o avanço da tecnologia, com as mudanças de conceitos essenciais como a reprogramação da família, por exemplo, com a visão mais avançada que o jovem tem dos acontecimentos atuais, foi para mim uma grande surpresa verificar que a informação mal dada, mal elaborada, as dúvidas permanentes levam estas meninas-adolescentes a se utilizarem de fugas psíquicas, negando aqui e ali a existência de sentimentos essenciais para suas vidas, bem como, fantasiando a situação de violência intrafamiliar sofrida.

Percebe-se que, mesmo com a ausência da família pelo abandono sofrido, entretanto, nas manifestações mais profundas dos sentimentos é possível observar um rastro de esperança, no olhar distante, nas falas rebuscadas, de que um dia um milagre pode acontecer: ela visitará a mãe.

Esperança! É por aí, que será possível o resgate da autoestima, da autonomia e aumentar o sentimento de dignidade, de pertença e, conseqüentemente, prover um futuro promissor e cidadão.

Considerando a prática e a experiência adquirida no acompanhamento às adolescentes que vivem em situação de risco e vulnerabilidade social, pode-se delinear retratos de um panorama social permeado por ausências e rupturas, que não pode proporcionar referências confiáveis de proteção e cuidados. Assim, entender se as adolescentes que sofreram violência sexual vivenciam a sua sexualidade de forma natural, foi de certa forma uma grande surpresa, tendo em vista que os direitos sexuais não podem ser praticados, em uma população onde não existe contato com as figuras parentais, onde as relações familiares inexistem, as informações que recebem sobre sexualidade são passadas com muito cuidado, onde os profissionais nem sempre se sentem muito à vontade para falar abertamente sobre sexo, se restringindo a tirar algumas dúvidas ou administrar as emergências de casos complexos.

Ressalta-se aqui, o fato de estarmos falando de um abrigo dirigido por freiras salesianas, pertencentes à igreja católica. A liberdade de maneira geral coexiste com os resquícios de conceitos antigos de moralidade e sexualidade. Ainda hoje, o catolicismo prega a abstenção sexual para seus religiosos, o que talvez contribua um pouco, com a pouca discussão sobre sexualidade com as jovens abrigadas.

Nos relatos destas adolescentes sobre abuso sexual percebe-se uma tarefa bastante complexa e que requer do pesquisador um esforço redobrado para captar o verdadeiro sentido das falas nas entrelinhas, do que está posto, mas não deve ser mostrado. E por aí, se vai garimpando com paciência para não correr o risco de julgar, sem ter absoluta certeza que não se está incorrendo em erros graves.

Para concluir, achamos que existem muitas possibilidades de implementar ações psicopedagógicas que possibilitem um espaço mais amplo de discussões sobre sexo e sexualidade, nos moldes do que já existe, como é o caso do Fórum que acontece todos os anos. Entretanto, consideramos a necessidade de outras atividades para discutir o tema, onde fosse possível um envolvimento maior das adolescentes, ouvindo mais e falando menos. Estamos aqui nos referindo ao abrigo como instituição cuidadora. Já em relação à sociedade,

reiteramos que, seria muito bom que a disciplina Educação Sexual passasse a fazer parte do currículo escolar, não apenas como tema transversal, mas como assunto obrigatório.

## REFERÊNCIAS

- ABERASTURY, Arminda; KNOBEL, Maurício. **Adolescência normal**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.
- ABRAPIA. **Maus-tratos contra crianças e adolescentes – proteção e prevenção: guia de orientação para educadores**. Petrópolis, RJ: Autores & Agentes & Associados, ABRAPIA, 1997.
- ABREU, C.N.; ROSO, M. (Col.). **Psicoterapias cognitiva e construtivista – novas fronteiras da prática clínica**. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- ACKER, Anua Brito da Rocha. **Poder normativo e regime democrático**. São Paulo: LTr, 1999.
- ÁRIES, P. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1993.
- AZEVEDO, M. A, GUERRA. V de A. **A Violência domestica na infância e na adolescência**. São Paulo. Robe editorial, 1995.
- BARDIN, L.. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições, 1977
- BECK, Aaron T. **O Poder Integrador da Terapia Cognitiva**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2005.
- BECK, Aaron T.; KUYKEN, Arthur (Org.) **Terapia Cognitiva dos Transtornos de Personalidade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2003.
- BERELSON, B. **Content analysis in commnication research**. Glencoe: Free, 1952.
- BOCK, A. M. B. (Org.) **Psicologia e o compromisso social**. São Paulo: Cortez Editora, 2003
- BOCK, A. M. B. **A adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais e educadores**. *Psicologia, Escola e Educação*, 11, 1, p.63-76, 2007.
- BOCK, Ana M. Bahia, GONÇALVES, M. Graça M., FURTADO, Odair (orgs.). **Psicologia Sócio-Histórica**. São Paulo: Cortez Editora. 2002.
- BRASIL. BEMFAM. Disponível no site: [www.saúde.gov.br](http://www.saúde.gov.br). Acessado em julho/2013.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Defasagem idade-série prejudica o aprendizado na trajetória escolar**. Brasília: MEC, 2013.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA - Lei 8.069 de 13/07/1990**. Disponível no site: [www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br). Acessado em julho/2013.

- BRASIL. **Lei 8.742, de 07/12/93 - Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS**. Disponível no site: [www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br). Acessado em julho/2013.
- BRASIL. **Resolução 466 do Conselho Nacional de Saúde**. Disponível no site: [www.ms.gov.br](http://www.ms.gov.br). Acessado em julho/2013.
- CALLERO, P. L. **A sociologia do self**. Revista Anual de Sociologia. 29, 115, 2003.
- CALLIGARIS, C. **A adolescência**. São Paulo: Publifolha, 2000.
- CAPLAN, S. **Using focus group methodology for ergonomic design**. Ergonomics, v. 33, n. 5, 1990.
- CARVAJAL, Guillermo. **Tornar-se adolescente: a aventura de uma metamorfose**. São Paulo: Cortez, 1998.
- CASTANHA, Neide (Org). **Direitos Sexuais são Direitos Humanos**. Brasília: Caderno Temático, 2008.
- CATERALL, M., MACLARAN, P. **Focus group data and qualitative analysis programs: coding the moving picture as well as the snapshots**. Sociological Research Online, v. 2, n. 1, mar. 1997. Disponível em: [www.socresonline.org.uk](http://www.socresonline.org.uk). Acessado em maio/2013.
- CEDECA. Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da Bahia - CEDECA-BA, 2002.
- CERVENY, C. M. de Oliveira (org.). **Família em Movimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.
- CHAUÍ, M. *Participando do debate sobre mulher e violência*. In: **Perspectivas antropológicas da mulher**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1985.
- DAY, V. P. (et al). **Violência doméstica e suas diferentes manifestações**. Rev. psiquiatr. Rio Gd. Sul, abr. 2003, vol.25 supl.1, p.9-21. ISSN 0101-8108. Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br). Acesso em 25/10/2013.
- DELANEZ, Geovana Oliveira. **A violência intrafamiliar e suas consequências no desenvolvimento da criança**. Disponível no site: [www.scielo.br](http://www.scielo.br). Acessado em agosto/2013.
- DELGADO, C. T. **Violência doméstica contra crianças e adolescentes**. Disponível no site: [www.avm.edu.br](http://www.avm.edu.br). Acessado em agosto/2013.
- DIAS, Cláudia Augusto. **Grupo focal: técnica de coleta de dados em pesquisas qualitativas**. Disponível no site: [www.brapci.ufpr.br](http://www.brapci.ufpr.br). Acessado em agosto/2013.
- DRAWIN, C. R. *O futuro da psicologia: compromisso ético no pluralismo teórico*. In: DUARTE, Luciana da Silva. **Curso Nacional de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes**. Brasília – DF: Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENAS/MJ – 2009. Disponível em: [senaspead.ip.tv](http://senaspead.ip.tv). Acessado em maio/2013.
- ESSLINGER, I. **Adolescência: vida ou morte?** São Paulo: Ática, 1999.
- ERIKSON, E.H. **Infância e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- FALEIROS, Eva T. Silveira. **Repensando os Conceitos de Violência, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e de Adolescentes**. Brasília: Thesaurus, 2000.
- FALEIROS, Eva T. Silveira; CAMPOS, Josete de Oliveira. **Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e de adolescentes**. Brasília: CECRIA/SNDH/MJ, 1998.
- FERRARI, Delka C. A. (org.). **O fim do Silêncio na Vida Familiar**. São Paulo, Agora, 2002.

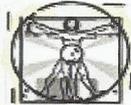
- FERREIRA, Berte Weil. *O Cotidiano Adolescente*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- FREITAS, Henrique M. R de; OLIVEIRA, Mirian. **Uma aplicação de grupo focal: planejamento versus realização**. São Paulo: Fundação Editora de UNESP, 1998.
- FURNISS, Tilman. **Abuso sexual da criança: uma abordagem multidisciplinar**. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1993.
- GATTI, Bernadete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Líber Livro, 2005.
- GAUER, Gabriel José Chittó. MACHADO, Debora Silva. **Filhos & Vítimas do tempo da violência**. 2ª ed. Curitiba: Juruá, 2011.
- GOMES, Romeu. **O Corpo na Rua e o Corpo da Rua – A prostituição infantil feminina em questão**. SP: Unimarco Editora, 1996.
- GONZÁLEZ REY, Fernando. **Sujeito e Subjetividade – uma Aproximação Histórico-cultural**. São Paulo: Ed. Thomson, 2003.
- GROSSMAN, Eloisa. **A construção do conceito de adolescência no Ocidente**. Disponível no site: [www.scielo.br](http://www.scielo.br). Acessado em agosto de 2013.
- GUERRA, V. N. de Azevedo. **Violência de pais contra filho: a tragédia revisada**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- HABIGZANG F. Luisa [*et. al*]. **Violência contra crianças e adolescentes: Teoria e Prática**. Porto Alegre: Artmed, 2012.
- HABIGZANG, L. F.; Caminha, R. M. **Abuso sexual contra crianças e adolescentes: Conceituação e intervenção clínica**. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 2004.
- HABIGZANG, Luísa F.; KOLLER, Sílvia H. **Violência contra crianças e adolescentes**. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- HUTZ, C. Simon (Org.). **Violência e Risco na Infância e na Adolescência: Pesquisa e intervenção**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.
- JOHNSON, D. *Focus groups*. In: ZWEIZIG, D. et al. **Tell it! Evaluation sourcebook & training manual**. Madison: SLIS, 1994.
- KAHN, Túlio; SOUZA, Luís A. *Guia Serasa Experian de Orientação ao Cidadão*. Disponível em: [www.serasaexperian.com.br](http://www.serasaexperian.com.br). Acessado em junho/2013.
- KAPLAN, H. I. et al. **Compêndio de Psiquiatria: ciências do comportamento e psiquiatria clínica**. 7. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- KETL, J. F. **Descubrimiento e Invención de la adolescencia en la historia**. *Jornal Adolescencia. Health*, v.14, p.664-672, 1993.
- LEAL, Maria Lúcia Pinto. **A Exploração Sexual Comercial de Meninos, Meninas e Adolescentes na América Latina e Caribe (Relatório Final – Brasil)**. Brasília: CECRIA, Ministério da Justiça, UNICEF, CESE, 1999.
- LEIRNER Carla. **Abuso Sexual, pornografia: a infância é a última fronteira da violência**. São Paulo; Terceiro Nome, 2007.
- LIBORIO, R. M. C; SOUZA, S. M. G. (Orgs.). **A Exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil: reflexões teóricas, relatos de pesquisa e intervenções psicossociais**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

- LIPPI, José R. da Silva. *Maltrato: um grave problema humano*. IN: KRYNSKI, Stanislaw et. al. (org.). **A criança maltratada**. São Paulo: Almed, 1990.
- LUCCI, Marcos Antonio. **A proposta de Vygotsky: a psicologia sócio-histórica**. Revista de currículum y formación del profesorado, 10, 2, 2006. Disponível em: <http://www.ugr.es>. Acessado em dezembro/2013.
- LURIA, A. **Desenvolvimento cognitivo**. São Paulo: Ícone, 1976.
- MINAYO, M. de S. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis, RJ Vozes, 2011.
- MUUSS, R. E. **Theories of adolescence**. USA: McGraw-Hill, 1988.
- MYERS, D. **Introdução à Psicologia Geral**. Rio de Janeiro: LTC, 1999.
- NAMURA, Regina M. **O Sentido do Sentido em Vygotsky: uma aproximação com a Estética e a Ontologia do Ser Social**. Tese de Doutorado em Psicologia Social. SP: Pucsp, 2003.
- OLIVEIRA, M. K de. **Vygotsky: Aprendizagem e desenvolvimento - Um processo Sócio-Histórico**. São Paulo: Scipione, 1997.
- OLIVEIRA, José Aldemir de. **A análise da moradia em Manaus (AM) como estratégia de compreender a cidade**. Manaus: UFAM, 2007. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Vol. XI, núm. 245 (30), 1 de agosto de 2007.
- ONU. Assembléia Geral das Nações Unidas. **Um fim à violência infantil**. 23 de agosto de 2006. Disponível em [www.unicef.org/brazil](http://www.unicef.org/brazil). Acessado em setembro/2013.
- OSÓRIO, L. C. **Adolescente hoje**. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- OZELLA, S. **Adolescência construída: uma visão da psicologia sócio-histórica**. São Paulo: Cortez, 2003.
- PAIVA, Denise M. Fonseca; PEREIRA, Rosana Sperandio. *Exploração, abuso sexual e maus tratos de crianças e adolescentes: análise de uma realidade*. IN: ARAÚJO, Braz (org.). **Crianças e adolescentes no Brasil: diagnósticos, políticas e participação da sociedade**. Campinas-SP: Fundação Cargil, 1996.
- PFEIFFER, L.; SALVAGNI, E. P. **Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência**. Jornal de Pediatria. 81 (5), 1-8, 2005.
- REZENDE, Antonio de Propercio. **Pró-Menino**. Disponível em: [www.sedh.gov.br](http://www.sedh.gov.br). Acessado em março/2013.
- RIZINI, I. **A criança e a lei no Brasil: revisando a história**. Brasília: UNICEF, 2002.
- RODRIGUES, Eliete Matias. **Desafios no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes**. Disponível em: [www.mprs.mp.br](http://www.mprs.mp.br). Acessado em dezembro/2013.
- SAFFIOTI, H.I.B. *Agressões sexuais contra crianças e adolescentes no Brasil*. In: COSTA, João de Jesus da (org.). **Rompendo o silêncio**. São Luís: CEDCA, 1997.
- SANTOS, B. A emergência **da concepção moderna da infância e adolescência – mapeamento, documentação e reflexões sobre as principais teorias**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1996.
- SANTOS, Geruza Gomes dos; ALVES, Renan dos Santos. **Violência sexual contra criança e adolescente**. Revista Internacional de Direito e Cidadania, n. 7, p. 49-58, junho/2010. Disponível no site: [www.reid.org.br](http://www.reid.org.br). Acessado em setembro/2013.

- SANTOS, J. V dos; SOUZA, S. M. G. **Exploração de crianças e adolescentes: pesquisa de documentos de domínio público.** Goiânia: UFG, 2008.
- SÊDA, Edson. *Da política de atendimento.* IN: **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado.** São Paulo: Malheiros, 1992.
- SILVA, Josyenne Maria de Sousa. **Consequências psicológicas em longo prazo da violência sexual na infância.** Belém: UNAMA, 2002. Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br). Acessado em junho/2013.
- SOUZA NETO, João Clemente. **Crianças e adolescentes abandonados – estratégias de sobrevivência.** São Paulo: Arte Impressa, 2001.
- THIOLLENT, Michel. *Metodologia da Pesquisa - ação.* 11a ed. São Paulo: Cortez Editora, 2000.
- UNICEF. *I Congresso Mundial Contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças.* Brasília, DF: SEDH/VIOLES/UNICEF, 1996.
- UNICEF. **Relatório da Matriz Intersetorial.** Brasília, DF: SEDH/VIOLES/UNICEF, 2005.
- UNICEF. **Relatório lançado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância.** Disponível em [www.unicef.org/brazil](http://www.unicef.org/brazil). Acessado em maio/2013.
- VAUGHN, S. et. al. **Focus group interviews in education and psychology.** Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 1996.
- VAZ, Marlene. **Pesquisa "Meninas de Salvador" Estudo sobre a população infanto-juvenil prostituída de Salvador – Bahia.** Salvador: S.e., 1997.
- VIGOTSKY, L. S. **Teoria e Método em Psicologia.** SP: Martins Fontes, 1996.
- VIGOTSKY, L. S.. **A construção do Pensamento e da Linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, original publicado em 1934.
- VYGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente.** SP: Martins Fontes, 2001.
- VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 1997.

## **ANEXOS**

## Anexo A – Parecer consubstanciado – CEP



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE  
DO AMAZONAS - FUA (UFAM)



**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** Significados de sexualidade, violência sexual e estratégias de prevenção da violência sexual atribuídos por um grupo de adolescentes e jovens de uma escola/abrigo de ensino fundamental

**Pesquisador:** Maria Lenice Costa Procópio

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 04237612.9.0000.5020

**Instituição Proponente:** Universidade Federal do Amazonas

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 137.338

**Data da Relatoria:** 31/10/2012

**Apresentação do Projeto:**

O delineamento deste trabalho sinaliza para uma questão que está sempre em discussão, a violência sexual contra crianças e adolescentes, e a questão instigadora é: ate que ponto a violência pode comprometer o desenvolvimento de um individuo?. O olhar aqui se volta para as consequências que a violência possa acarretar na formação da personalidade adulta.A coleta de dados será realizada com crianças e adolescentes na faixa etária de 10 a 14 anos, em uma instituição/abrigo que alem de atender meninas e adolescente, oferece educação regular ao publico da comunidade, propiciando a verificação entre as duas realidades. Com isso, o objetivo aqui é verificar qual o significado da violência para uma população de sujeitos, criança e adolescentes, vitimas do sexo feminino, que vive em condições de abrigo, em uma instituição, ao mesmo tempo em que se procura averiguar se as meninas que não vivem em condições de abrigadas, tem a mesma percepção a respeito da violência ou se há diferença entre as duas realidades..A utilização de resultados de trabalhos, de pesquisas e de estudos realizado por uma variedade de estudiosos que tratam desta questão será de fundamental importância para nortear os caminhos que se busca na comprovação ou refutação da hipótese levantada ¿será que a violência, de toda ordem pode afetar o desenvolvimento saudável dos indivíduos.¿?Para a efetivação da pesquisa, os dados serão coletados a partir da realização do grupo focal e observação participante, utilizando-se a analise de contudo como ponto de configuração dos resultados.Com isso, pretende-se encontrar alternativas que contribuam para ampliar as ações

**Endereço:** Rua Teresina, 4950

**Bairro:** Adrianópolis

**CEP:** 69.057-070

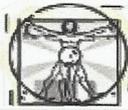
**UF:** AM

**Município:** MANAUS

**Telefone:** (92)3305-5130

**Fax:** (92)3305-5130

**E-mail:** cep@ufam.edu.br



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE  
DO AMAZONAS - FUA (UFAM)



que se propõe a intervir nestas questões de violência, com a intenção de ver a realidade atual tomado outros rumos.

**Objetivo da Pesquisa:**

Objetivo Primário:

Conhecer os significados da sexualidade, violência sexual e formas de enfrentamento da violência sexual, atribuídos por adolescentes estudantes de uma escola/abrigo do bairro São José, e assim conhecer o significado atribuído à violência sexual a partir da visão desses adolescentes no sentido de verificar qual o conceito de prevenção da violência sexual para eles. Também Identificar possibilidades de ações de enfrentamento que possam contribuir para ressignificar os modos de perceber os conceitos discutidos, a partir da visão do público estudado.

Objetivo Secundário:

Propor, através ações preventivas, a diminuição dos conflitos que ainda existem em grandes proporção, envolvendo crianças e adolescentes. Sendo assim espera-se contribuir para criação de mas políticas que pensem as questões, objeto deste trabalho.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Riscos:

São garantidos os seguintes direitos: (1) solicitar, a qualquer tempo, maiores esclarecimentos sobre esta Pesquisa; (2) sigilo absoluto sobre nomes, apelidos, datas de nascimento, local de trabalho, bem como quaisquer outras informações que possam levar à identificação pessoal; (3) ampla possibilidade de negar-se a responder a quaisquer questões ou a fornecer informações que julguem prejudiciais à sua integridade física, moral e social; (4) opção de solicitar que determinadas falas e/ou declarações não sejam incluídas em nenhum documento oficial, o que será prontamente atendido; (5) desistir, a qualquer tempo, de participar da Pesquisa. Diante desses cuidados não há riscos decorrentes da participação na pesquisa.

Benefícios:

Considera-se que a partir do momento em que o indivíduo tem acesso a informação, no caso aqui, sobre o significado da violência sexual, fica mais fácil para o sujeito e a sociedade identificar as situações em que ela ocorre, denunciar sem medo, e quando não for possível evitar, que procure formas alternativas de ressignificar, através de ações que atente para tais questões. Consideramos que o modo de perceber os conceitos da violência, sendo discutidos maciçamente, pode alertar a população em geral e desse modo evitar maiores comprometimentos, que causam tantos danos, a tantas pessoas.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Os sujeitos da pesquisa serão 6 meninas e adolescentes de 10 a 14 anos, abrigada e 6 meninas e

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

UF: AM

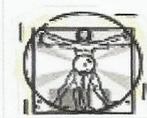
Telefone: (92)3305-5130

Município: MANAUS

Fax: (92)3305-5130

CEP: 69.057-070

E-mail: cep@ufam.edu.br



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE  
DO AMAZONAS - FUA (UFAM)



adolescentes do ensino regular.

Procedimentos de coleta de dados. A) Grupo focal e a observação participante: Grupo focal consiste em reunião com um pequeno número de interlocutores (seis a doze) com o registro cursivo dos discursos dos participantes. Como estratégia de coleta utilizaremos um roteiro guia para a realização do Grupo Focal. Será realizado um encontro com cada grupo de participantes no ambiente da escola. Qual é o entendimento do grupo acerca da violência? A partir da participação do grupo introduzirá as demais perguntas e uma situação problema que deverá ser analisada pelo grupo. Como é para o grupo conviver com as questões envolvendo a violência?. Como é viver longe da família?(para as abrigadas). Se pudesse fazer algo para evitar a violência o que faria? As situações-problemas serão elaboradas após a observação da escola a partir de uma melhor compreensão da dinâmica da vida dos indivíduos, objeto da pesquisa. Será realizada também a observação participante. A observação ocorrerá nas dependências da escola/abrigo durante a realização das atividades rotineiras, bem como durante as atividades orientadas que acontecerão nas salas de atividades da instituição. As atividades orientadas envolverão a realização de dinâmicas de grupo, leitura e discussão de textos abordando o assunto ou até encenação de uma situação vinculada ao tema. O tempo de observação será de 4 semanas, em dias alternados e em atividades diversas. As anotações serão feitas utilizando o livro diário de pesquisa. Local da pesquisa: A escola onde será realizada a coleta de dados é uma instituição filantrópica onde são abrigadas meninas vítimas de violência de toda ordem, principalmente a violência sexual. A escolha deste local deu-se em virtude da minha experiência com atendimento psicológico durante 3 anos, onde pude constatar que essas crianças e adolescentes vítimas de violência possuem um conceito diferente de violência. A escolha desta clientela, como objeto da pesquisa, deve-se ao fato de esse ser o único espaço existente em Manaus que oferece este tipo de serviço, de caráter filantrópico, contando com apoio da sociedade civil e parcerias com programas e empresas comprometidas com a causa.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

TCLE: adequado

Folha de rosto: adequada

Termo de anuência: apresentado

**Endereço:** Rua Teresina, 4950

**Bairro:** Adrianópolis

**CEP:** 69.057-070

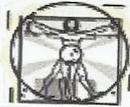
**UF:** AM

**Município:** MANAUS

**Telefone:** (92)3305-5130

**Fax:** (92)3305-5130

**E-mail:** cep@ufam.edu.br



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE  
DO AMAZONAS - FUA (UFAM)



**Recomendações:**

Recomenda-se que as adolescentes também consintam verbalmente na participação na pesquisa, reservando-se porém a assinatura do TCLE somente aos pais e/ou responsáveis.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

O presente protocolo recebeu parecer pela pendência quando da análise anterior. A pesquisadora atendeu às solicitações do CEP/UFAM, adequando o protocolo ao que prevê a Res. 196/96 e complementares.

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

**Considerações Finais a critério do CEP:**

MANAUS, 01 de Novembro de 2012

Assinador por:

Pedro Rodolfo Fernandes da Silva  
(Coordenador)

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-5130

Fax: (92)3305-5130

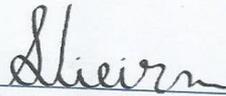
E-mail: cep@ufam.edu.br

## Anexo B – Autorização para pesquisa

**CARTA DE ANUÊNCIA**

Pela presente, a Obra Social “Casa Mamãe Margarida”, sediada à Rua Edmundo Soares 27 São Jose II, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, aqui representada pelo Professor Saulo Vieira, Diretor, concorda em permitir a participação da(s) adolescente na pesquisa intitulada: **Significados de sexualidade, violência sexual e estratégias de prevenção da violência sexual atribuídos por um grupo de adolescentes e jovens de uma escolas de ensino fundamental**, a ser realizada pela mestranda Maria Lenice Costa Procópio, do Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade Federal do Amazonas .

Manaus, 16 de julho de 2012.



Obra Social Casa Mamãe Margarida  
Pedag. MSc. Saulo Vieira Cavalcante da Silva  
Diretor Escolar – SEMED / CMM  
Mat. nº 235311-0-AB

## Anexo C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Título do Projeto: Significados de sexualidade, violência sexual e estratégias de prevenção da violência sexual atribuídos por um grupo de adolescentes e jovens de uma escola de ensino fundamental.

Pesquisadora Responsável: Maria Lenice Costa Procópio

Orientadora da Pesquisa: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Iolete Ribeiro da Silva

Instituição a que pertence o Pesquisador Responsável: Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas (FACED/UFAM)

V. S<sup>a</sup>. está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa “Significados de sexualidade, violência sexual e estratégias de prevenção da violência sexual atribuídos por um grupo de adolescentes e jovens de uma escola/abrigo de ensino fundamental” que tem como objetivo verificar conceitos e significado da violência e as implicações no desenvolvimento.

Visamos com esta pesquisa, estudar a relação da violência com as expectativas de futuro entre a clientela desta faixa etária. Partimos do pressuposto que os conceitos formulados podem interferir na vida do indivíduo que passa por situação atípicas durante o desenvolvimento. Buscaremos durante a realização da pesquisa focar os eventos que possam confirmar, ou não, as questões, objeto da referida investigação. Reconhecendo que a relação do indivíduo com eventos fora das normas fundamentais estabelecidas pela sociedade podem contribuir na formação comprometida do caráter dos elementos. Por isso consideramos necessário a verificação minuciosa das questões que instigam a referida pesquisa.

Para a consecução dos objetivos da pesquisa, são procedimentos da investigação: a realização de Grupo Focal, além da observação participante, por buscarmos um contato direto e intensivo com os sujeitos da pesquisa (seis) meninas/adolescentes abrigadas e (seis) meninas/adolescente da comunidade, respectivamente do Ensino Fundamental), visando estabelecer uma relação de respeito e confiança a fim de conhecer a realidade a ser estudada.

Por intermédio deste Termo são-lhes garantidos os seguintes direitos: (1) solicitar, a qualquer tempo, maiores esclarecimentos sobre esta Pesquisa; (2) sigilo absoluto sobre nomes, apelidos, datas de nascimento, local de trabalho, bem como quaisquer outras informações que possam levar à identificação pessoal; (3) ampla possibilidade de negar-se a responder a quaisquer questões ou a fornecer informações que julguem prejudiciais à sua integridade física, moral e social; (4) opção de solicitar que determinadas falas e/ou declarações não sejam incluídas em nenhum documento oficial, o que será prontamente atendido; (5) desistir, a qualquer tempo, de participar da Pesquisa.

“Declaro estar ciente das informações constantes neste ‘Termo de Consentimento Livre e Esclarecido’, e entender que serei resguardado pelo sigilo absoluto de meus dados pessoais e de minha participação na Pesquisa. Poderei pedir, a qualquer tempo, esclarecimentos sobre esta Pesquisa; recusar a dar informações que julgue prejudiciais a minha pessoa, solicitar a não inclusão em documentos de quaisquer informações que já tenha fornecido e desistir, a qualquer momento, de participar da Pesquisa. Fico ciente também de que uma cópia deste termo permanecerá arquivada com o Pesquisador do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas responsável por esta Pesquisa”.

Manaus, \_16\_ de \_Julho\_\_\_\_\_ de 2012.

Participante: \_\_\_\_\_

Endereço: Rua Edmundo Soares, n 27, São Jose II – Manaus/Am

Assinatura do Pesquisador: \_\_\_\_\_

Maria Lenice C. Procópio

Cel. 8193-0220 – 3624-4457

Universidade Federal do Amazonas

Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE)

Av. Gen. Rodrigo Octávio Jordão Ramos, 3000

Coroado Campus - FACED

E-mail: mlcprocopio@ig.com.br

## Anexo D – Roteiro de Entrevista

Perguntas guias:

- 1- No seu entendimento, o que é violência?
- 2- Quais os tipos de violência que você conhece?
- 3- Você já sofreu algum tipo de violência?
- 4- Porque que as pessoas são violentas?
- 5- Você acredita que a violência pode prejudicar o desenvolvimento das pessoas?
- 6- O que você pensa das pessoas que praticam violência contra crianças ou adolescentes?
- 7- Se você pudesse fazer alguma coisa para evitar a violência, o que você faria?
- 8- O que está faltando na vida das pessoas para que elas não sejam violentas?
- 9- Quem é mais violento o homem ou a mulher?

